

Debate **Sindical**

Ano 9 - Nº 20 dezembro / janeiro / fevereiro 95/96 - R\$ 6,50



BigNel

O desemprego e a redução da jornada de trabalho

***A crise do
sindicalismo
internacional***

***O significado da proposta
de "sindicalismo orgânico
da CUT"***

***Encarte especial:
Os 300 anos de
Zumbi dos Palmares***

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** As razões do aumento do desemprego no país
- 7** A importância da luta pela redução da jornada
- 11** A polêmica sobre o "sindicato orgânico da CUT"
- 17** Os efeitos da automação no setor bancário
- 23** A crise dos sindicatos nos países imperialistas
- 33** Programa de renda mínima e globalização
- 39** Interesses em jogo na Lei das Patentes
- 43** ESPECIAL — O significado dos quilombos
- 49** O papel dos sindicatos na luta contra o racismo
- 51** África do Sul pós apartheid
- 55** Resenhas de livros

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010 Fone/Fax: (011) 284-2296

Conselho de redação

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

Conselho editorial

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Antonia Rangel
Marcia de Almeida

Ilustrações e fotos

Sintaema e arquivo do CPV

Capa

Big Nel (fone: 287-4180)

Editoração eletrônica

P&B (fone: 605-2807)

Impressão e acabamento

Editora Parma

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

O assunto do momento é a explosão dos índices de desemprego. Os números são assustadores. Em média, 30 mil demissões por mês só na indústria. Na construção civil, o balanço do ano aponta a extinção de mais de 100 mil postos de trabalho. As filas do seguro desemprego são quilométricas. Nas sedes dos sindicatos e nos DRTs, a rotina das homologações é deprimente.

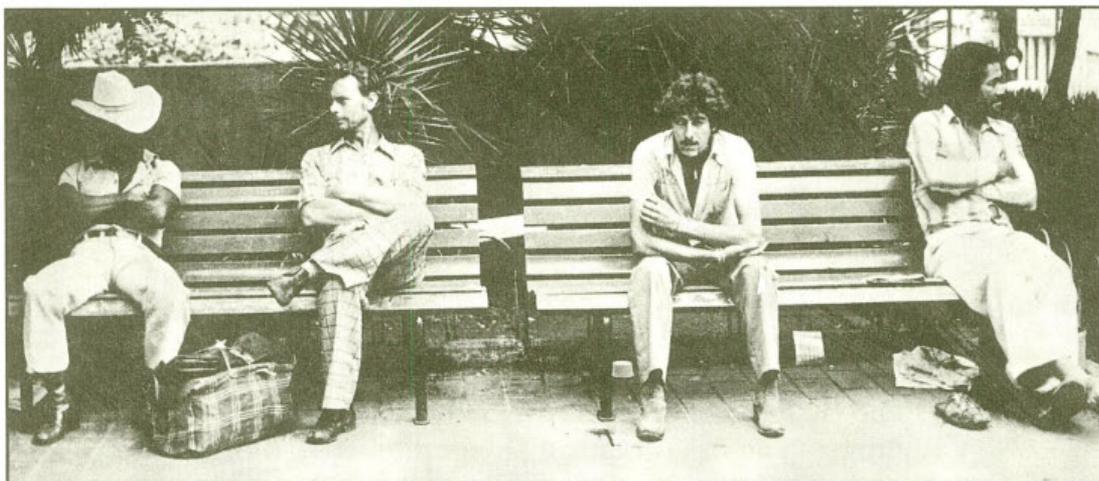
Enquanto isto, o governo insiste na aplicação da sua política econômica recessiva e antinacional e os grandes empresários aproveitam para acelerar o processo de reestruturação produtiva. Como "medidas compensatórias", as elites dominantes propõem a redução dos encargos sociais, a flexibilização dos direitos trabalhistas e outros absurdos! O ministro Paulo Paiva deve apresentar em breve projeto de lei sobre "contratações provisórias" - um nítido estímulo à barbárie e à exclusão social.

Ao movimento sindical resta o caminho da resistência ativa, da luta. Ele não pode servir de massa de manobra do governo ou dos empresários. Não pode aceitar o discurso do "inevitável", do realismo capitulacionista. Não pode vacilar diante da lógica destrutiva do capital. A bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial ou medidas burguesas de flexibilização, está na ordem-do-dia. A inclusão dos "excluídos" nesta luta é outro grande desafio!

As prisões de Diolinda Alves e Márcio Barreto, líderes do Movimento Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema (SP), evidenciam o poder do latifúndio no país. Os grandes fazendeiros, muitos deles na verdade grileiros, compram juízes, acionam a polícia, montam milícias privadas e ainda contam com o apoio do governo - que dá incentivos fiscais, isenções e outros privilégios a estes parasitas.

O massacre de Corumbiara, a violência da PM em Santa Isabel (PR) e as prisões de Diolinda e Márcio, só para citar os casos mais recentes e graves, mostram a urgência da luta pela reforma agrária. Ela interessa e deve envolver os trabalhadores da cidade e do campo. As ocupações de terra são justas e necessárias, não há como dar trégua às elites.

Vera Iursys



As principais causas da explosão do desemprego

Altamiro Borges *

Apesar das recentes declarações debochadas do “príncipe” FHC, que interpretou como “brincadeiras” as denúncias de aumento do desemprego no país, as manchetes da imprensa e as estatísticas de órgãos oficiais não deixam margem à dúvida. Desde o início do plano Real mais de 200 mil operários foram demitidos só na indústria paulista. As medidas recessivas impostas pelo governo e a reestruturação produtiva promovida pelas empresas ajudam a explicar esta dramática explosão do desemprego.

Segundo diversos estudos, atualmente existem no Brasil cerca de 35 milhões de desempregados, subempregados que operam no mercado informal e trabalhadores sem carteira assinada. A recente onda de demissões, que ganhou ímpeto no início do segundo semestre, só tem feito engrossar este contingente de brasileiros “sem nada”, excluídos do sistema. Dados da Fiesp indicam que, apenas em agosto, 57,6 mil operários da indústria paulista perderam seus empregos.

Informações mais recentes apontam que só no setor da construção civil 30,3 mil trabalhadores foram demitidos somente no mês de outubro. O balanço do ano nesta área,

grande empregadora de mão-de-obra, é assustador. De janeiro a outubro, foram fechadas 106 mil vagas - o equivalente a 15,2% dos empregos no setor. Não é para menos que os pedidos de seguro-desemprego no país têm batido constantes recordes. Entre janeiro e agosto deste ano, 3,3 milhões de brasileiros solicitaram esta mísera contribuição - em média de R\$ 150,00!

Na maior parte dos casos, estas demissões ocorrem sem repercussão na mídia, na surdina. O assunto, que tanto desespero e angústia geram nas famílias assalariadas, só ganha realce quando o **facão** atinge os setores de ponta da economia. Foi assim quando das

dispensas recentes de 1.050 operários da General Motors, 800 na Ford e 1.600 na Mercedes-Benz. As manchetes dos jornais não tiveram como esconder e alardearam o “crescimento alarmante do desemprego”.

Medidas recessivas e de caráter antinacional geram falências e demissões

De imediato, travou-se uma guerra de cavalheiros entre o governo federal e os grandes industriais. Neste jogo pirotécnico, onde a hipocrisia faz parte do marketing, FHC afirmou que as demissões decorriam única e exclusivamente da necessária reestruturação produtiva das empresas. Já os patrões, em especial os das montadoras de automóveis, jogaram a culpa no governo federal, condenando sua política de juros altos e de restrições ao crédito. Alguns sindicalistas, por ingenuidade, ignorância ou má-fé, acabaram apoiando um dos lados podres.

Na prática, entretanto, governo e grandes empresários são os verdadeiros vilões desta história. FHC por ser o responsável pela implementação de uma política econômica visivelmente recessiva, o que confirma as denúncias feitas no início do plano Real. A sua estabilização conservadora, que reduziu a inflação, está sendo feita às custas dos trabalhadores. A política de arrocho salarial, juros altos e restrição creditícia, aos moldes neoliberais, estrangula o mercado interno. Reduzindo-se o consumo, diminui-se a produção e o desemprego cresce.

Junte-se às medidas recessivas, as de caráter escandalosamente antinacionais. FHC mais se parece com um executivo das multinacionais e dos credores externos. Seu desejo maior, sua sina, é estar de bem com a tal “comunidade internacional” dos grandes tubarões. Em recente viagem à Alemanha, num auditório de poderosos capitalistas, seu gesto de sedução foi descarado: “É um bom negócio, os investimentos no Brasil rendem. As empresas alemãs ganham mais no Brasil do que em outras partes do mundo. Não os convido para o sacrifício, mas ao êxito”.

Isto explica sua insistência em aplicar uma política de abertura indiscriminada da economia, com a redução das alíquotas de importação e outras benesses. Esta orientação tem levado à falência milhares de pequenas e médias empresas, ao sucateamento do parque industrial. Setores como o de calçados, têxtil e de brinquedos estão em colapso e colocam milhares de trabalhadores na rua. Enquanto os países imperialistas reforçam suas medidas protecionistas, FHC escancara a economia, numa concorrência desigual pelo mercado.

Reestruturação produtiva aumenta lucratividade e reduz postos de trabalho

Se as pequenas e médias empresas sofrem de fato com a recessão e a abertura de mercado, os grandes monopólios, nacionais e estrangeiros, não têm como utilizar esse argumento para justificar demissões em massa. A não ser que se concorde com a lógica do lucro do capital! Os balanços financeiros destes conglomerados indicam fabulosos faturamentos nos últimos anos, com destaque para o período do plano Real. No Brasil, os mega-empresários não passam “por sacrifícios, mas só por êxitos” - plagiando FHC, o abnegado serviçal dos capitalistas.

A poderosa Fiesp sabe disso. Ela mesmo divulgou recentemente uma tabela simples e elucidativa: “Mais 21,98%, menos 21,2%”. O primeiro índice se refere ao ritmo acelerado das atividades industriais, ao aumento da produção entre janeiro de 90 e março deste ano. A segunda, negativa, aponta a queda do nível de emprego no mesmo período. Um editorial do próprio “O Estado de São Paulo” comentou que estas tabelas “mostram com clareza o engano da ladainha sobre a recessão. Não é a redução da atividade a grande causa dos cortes de pessoal na indústria”.

Para os grandes monopólios não é mesmo. O emprego está em queda abrupta; mas a produção e os lucros nunca estiveram tão altos. Os monopólios até utilizam a recessão

como mais um instrumento, inclusive de propaganda, para reduzir os custos, elevar a produtividade e aumentar seus dividendos. As demissões neste privilegiado setor da economia decorrem, no essencial, da reestruturação produtiva, com a introdução de novas tecnologias e métodos de gerenciamento. Elas evidenciam o caráter destrutivo do capitalismo no estágio atual.

No setor automotivo isto é patente. A contradição chega a ser repugnante. A Mercedes-Bens, por exemplo, na mesma semana em que anunciou a demissão de 1.600 pais de família, alardeou suas metas de produção e investimentos. Serão 400 milhões de dólares investidos na sua nova fábrica que deverá produzir 80 mil carros por ano a partir de janeiro de 98. Menos empregos e mais produção - e, de quebra, a vantagem dos salários arrojados. Na Alemanha, um operário da Mercedes recebe em torno de 25 dólares por hora de trabalho. No Brasil, para a mesma função e jornada, um metalúrgico do ABC recebe cerca de sete dólares.

A redução da jornada de trabalho aparece como a bandeira do momento

Diante do exposto, seria pura ilusão de classe ficar do lado deste governo contra os grandes empresários ou vice-versa. Evidente que o movimento sindical deve se aproveitar das contradições existentes nas classes dominantes. Há campo para isto, principalmente se for levado em conta o potencial de mobilização e protesto dos pequenos e médios empresários. Mas estas alianças, na maioria dos casos pontuais e táticas, não podem prejudicar a independência de classe dos trabalhadores, não podem ferir seus interesses fundamentais.

Com esta compreensão, soam estranhas certas atitudes de alguns dirigentes sindicais, inclusive cutistas. Nas manifestações do final de setembro, "contra a recessão e os juros

altos, por salário e emprego", a corrente majoritária da CUT chegou a privilegiar as alianças com os setores patronais, incluindo a Fiesp, concordando em abdicar do eixo político classista dos protestos. Alguns sindicalistas mais afoitos até assinaram o manifesto patronal "recessão não, reforma sim" - num apoio velado à reforma neoliberal da Constituição.

Outra prova da confusão reinante é a forma como estão sendo conduzidas certas negociações trabalhistas. No caso da Força Sindical, a capitulação é evidente. Seus dirigentes assinam acordos de redução de jornada e salários e outros mais graves, como o da Ford do Ipiranga (SP), que criou o "bolsão". Pelo firmado, a montadora americana colocou 550 operários "em disponibilidade" até janeiro do próximo ano. Estes terão seus salários reduzidos gradualmente, até zerar, e depois serão demitidos. Como diz um comentarista de TV, "é uma vergonha"!

Muitas armadilhas são montadas neste cenário sombrio de desemprego. De maneira oportunista, os empresários usam a recessão para defender a redução dos encargos trabalhistas e dos impostos sobre pessoas jurídicas (empresas) e a flexibilização da jornada - que não tem nada a ver com a bandeira da redução da jornada. O governo FHC finge chiar, mas o ministro Paulo Paiva já anunciou um pacote de medidas que saciam estas e outras gulas do patronato. E, o pior, é que alguns sindicalistas embarcam nesta canoa do capital!

A atual explosão do desemprego exige uma postura mais ativa, firme e decidida do movimento sindical. Entre as reivindicações do momento, a redução da jornada de trabalho é a que deve cativar os trabalhadores. É necessário combater, ao mesmo tempo, a política recessiva e antinacional de FHC e a lógica destrutiva da reestruturação produtiva do capital. É preciso pensar formas mais amplas de pressão da sociedade e também mecanismo para incluir os "excluídos" neste processo de luta. Estes são alguns dos desafios do momento atual.

* Jornalista.
Presidente do
Centro de
Estudos
Sindicais (CES)



Jandir Benetti Júnior

Notas sobre a redução da jornada de trabalho

Ricardo Antunes *

As profundas mutações no interior da sociedade capitalista e, em particular, a forma como elas vêm afetando o mundo do trabalho, tem desafiado o que há de mais positivo e combativo no movimento sindical. A intensidade da crise é hoje reconhecida praticamente por todos aqueles que acompanham ou vivenciam cotidianamente o mundo do trabalho.

As respostas à crise, entretanto, tem sido diferentes: da *parceria com o capital*, até a *recusa firme e decidida em co-participar* de um projeto que tem fraturado substancialmente as classes trabalhadoras, em todas as partes do mundo onde vigora a lógica destrutiva do capital. Em ambos os casos, entretanto, apesar das fortes diferenças, as dificuldades têm sido enormes: no primeiro caso, o dos *parceiros do capital*, os resultados não são nada animadores.

Quanto mais se participa, menos se consegue preservar trabalho. Quanto mais se imagina *co-desenhando* o processo produtivo, mais a *classe-que-vive-do-trabalho* se penaliza com os seus pífios resultados. Estão aí as câmaras setoriais, como significativo exemplo. Concebidas como modelo para estruturar o parque produtivo e a política econômica do país, alternativa vislumbrada para o “conjunto da sociedade”, depois de mais de vinte ensaios, quase todos abortados, resta praticamente solitário o exemplo da câmara automotiva do ABC paulista. Iniciada em 91, passado o período inicial de “algumas vantagens” exclusivamente para os metalúrgicos, colhe agora novos resultados diariamente estampados pela imprensa: desemprego massivo, terceirização “negociada” para os trabalhadores e intenso ganho de produtividade para o capital automotivo.

No segundo exemplo, de forte resistência ao ideário do projeto hoje dominante, há o reconhecimento de que é preciso buscar alternativas que, *hic et nunc*, dêem respostas imediatas, ainda que articuladas a um projeto de longo prazo contrário à lógica do capital. É numa contextualidade desta envergadura, entre tantos desafios e busca de respostas, que a redução da jornada ou do tempo de trabalho tem sido (e merece ser) discutida.

Para Marx, a redução da jornada é pré-condição para um vida emancipada

Desde Marx, sabemos que esta é uma questão central para o mundo do trabalho.

Tematizando em *O Capital*, sobre as decisivas conexões entre *trabalho e tempo livre*, Marx nos ofereceu esta síntese:

“De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta: por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados, regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. *E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.* (Marx, *O Capital*, 3/6, 942, grifos meus).

A partir desta consideração mais de fundo, quero elencar algumas notas que pareceram decisivas quando se trata de discutir esta questão. E o farei de maneira enormemente esquemática, esperando poder voltar a elas em outro momento, e de maneira mais desenvolvida.

A primeira consideração: a redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho, buscado pelo capital, na sua gênese com a

revolução industrial, e hoje, com a acumulação flexível da era do toyotismo e da revolução informacional.

A redução da jornada/tempo de trabalho é a “pré-condição” (conforme Marx nas **Instruções da AIT**, em 1867) para uma vida emancipada. E mais, nos dias de hoje, trata-se de um mecanismo imprescindível para tentar minimizar o desemprego tecnológico e estrutural. Um primeiro ponto de partida para uma vida *fora* do trabalho dotada de algum sentido.

Aqui, entretanto, entramos num segundo ponto crucial: a vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida com sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *fetichizado e estranhado* com tempo (*verdadeiramente*) livre. Lukacs e Adorno, entre tantos outros, já nos ensinaram que, sob o reino da manipulação das necessidades, o “tempo livre” torna-se também poluído pela lógica coisificada do capital: “da compra do cigarro às eleições presidenciais, ergue-se uma barreira no interior dos indivíduos, entre a sua existência e uma vida rica de sentido”. (**Conversando com Lukacs**, 1969; 53).

Vida cheia de sentido só é possível com a superação do sistema capitalista

Ou, conforme Adorno, ao enfatizar que a “atividade que se entende em si mesma como contrária a coisificação, também se coisifica (...) No tempo livre as formas de vida social organizadas segundo o regime do lucro também permanecem”. (Adorno, **Consignas**, s/d; 56). Portanto, se se quer uma vida autêntica e cheia de sentido, é decisiva a opção pela *produção (autodeterminada) do tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários contra a produção (heterodeterminada) baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado.*

Como o capital globalizado dos nossos dias abrange como nunca, também, as esferas



Helmut Wagner

da *vida fora do trabalho*, a desfetichização da sociedade do consumo tem como corolário imprescindível a desfetichização no modo de produção das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil se não se inter-relaciona decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital. Do contrário, acaba-se, ou fazendo uma reivindicação de fundo romântico, visto que se acredita que seja possível obtê-la pela via do consenso e da interação com a ordem, sem ferir os interesses do capital.

Ou, o que é ainda muito pior, acaba-se por apregoar a impossibilidade de lutar contemporaneamente pelo fim do capitalismo. Restaria somente a opção de *civilizá-lo*, de realizar a *utopia do preenchimento*, de conquistar *consensualmente* o “tempo livre”, em plena era do toyotismo, da acumulação flexível, das desregulamentações, das terceirizações, do trabalho precário do desemprego tecnológico.

Se Marx tem razão na referência que extraímos de **O Capital**, uma vida cheia de sentido em todas as esferas da omnilateralidade humana somente poderá efetivar-se ao demolir a muralha chinesa existente entre trabalho e tempo de não-trabalho. De modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão capitalista do trabalho hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, em fina sintonia com a vida cotidiana, possibilitem, pela primeira vez, as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se inter-realizem.

A luta pela redução deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje

Estas notas acima resumidas, nos permitem fazer algumas conclusões:

Primeira: a luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje. Luta pela redução do trabalho como forma de dificultar a brutal exclusão decorrente do desemprego tecnológico. Reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dual, o mundo dos excluídos, tanto no centro como em países como o nosso.

Segunda: o direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e cultue o trabalho heterodeterminado, assalariado, fetichizado e nefasto (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, para pelo menos dois/terços da humanidade que vive no Terceiro Mundo, significa uma animalização e uma brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho.

Também no Primeiro Mundo, nesta desordem mundial globalizada, o desemprego

tem sido cada vez mais, com o desmonte do welfare state, sinônimo de pobreza e indigência social, como se pode ver em qualquer grande capital dos países centrais. Portanto, também lá o direito ao emprego deve estar articulado com a redução da jornada de trabalho.

Porém, esta luta pelo direito ao trabalho (reduzido) e pela ampliação do tempo livre, sem redução de salário - que faça-se um parêntese, é muito diferente de flexibilizar a jornada segundo a lógica do capital - deve estar intimamente articulada a luta contra o sistema produtor de mercadorias, que converte o "tempo livre" em tempo de não-trabalho, onde o indivíduo se exauri, ora capacitando-se, nos infernais cursos de qualificação, para melhor "competir" no mercado de trabalho, ora num consumo estranhado, coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido.

Ao contrário, se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida). O direito à preguiça, para lembrar a fórmula de Lafargue, mostra-se compatível com o direito ao trabalho como forma de minimizar a exclusão e indigência sociais.

A luta pela vida cheia de sentido no trabalho torna-se fundamento para a vida cheia de sentido fora do trabalho, numa forma de organização societária já, então, caminhando para além do capital e da lógica destrutiva de mercado. E aqui, de novo, as contradições, só aparentes, se desvanecem, fazendo da luta contemporânea pela redução da jornada ou do tempo de trabalho e da luta pelo emprego, duas batalhas que se complementam. E da luta pelo trabalho cheio de sentido e da vida autêntica fora do trabalho, elementos imprescindíveis para que a sociedade do capital passe para a história, um dia, como a sociedade escravista e a artesanal hoje são. Só história...

* Professor Livre Docente em Sociologia do Trabalho no IFCH/Unicamp. Publicou recentemente os livros **Adeus ao Trabalho?** (Ed. Cortez/Unicamp) e **O Novo Sindicalismo no Brasil** (Ed. Pontes)

“Sindicato orgânico” e as perspectivas da CUT

Altamiro Borges *

A 7ª plenária nacional da CUT, realizada em setembro passado, adotou resoluções de forte impacto para o futuro da maior central sindical brasileira. No que se refere ao plano de lutas, poucas novidades. Já no tocante à sua organização e funcionamento, as decisões foram ousadas e controversas - principalmente a que diz respeito ao chamado “sindicato orgânico da CUT”. Estas resoluções colocam novos e sérios desafios às correntes cutistas.

Elaborada nos gabinetes pelo *staff* da tendência majoritária da central, a **Articulação**, a proposta de modelo orgânico surpreendeu a maioria dos cutistas no país. Em várias assembleias sindicais de tirada de delegados, nem sequer os ativistas de base dessa corrente conheciam o teor, e muito menos a essência, de tal proposição. A única pista foi dada pelo “texto de debate” da Articulação (Artsind) à plenária nacional. Nele se afirma de maneira sintética:

“Orgânico significa que as representações, desde o local de trabalho, passando pelos sindicatos locais, regionais, estaduais e nacionais e a estrutura da própria central (sede nacional e estaduais) são um mesmo corpo; com diferentes atribuições nas várias instâncias, porém seguindo os mesmos

princípios e estatuto. Difere, sem dúvida, do modelo vigente, onde os sindicatos atuais, corporativos, são filiados e independentes, tanto da estrutura, como em termos de estatuto, da central a qual são filiados”.

Numa outra rápida e preocupante passagem, argumenta-se: “Ampliaríamos nossas estruturas horizontais (nacional e estaduais) como uma rede de sub-sedes regionalizadas da CUT. Nessa rede, num espaço físico comum, estarão sediados os atuais e pequenos sindicatos de categoria. Porém com estruturas comuns, com ampla participação democrática (sic). Nessa rede de sedes solidárias haverá a prestação de serviços a todos os trabalhadores representados pela central, com assessorias técnicas comuns, órgãos de

imprensa e gráficas comuns, departamento jurídico comum, etc.”.

Como se observa, apesar da precária apresentação, a proposta pode representar uma “revolução” na estrutura da central, que até hoje funciona com base em sindicatos independentes, filiados. Nem por isso a idéia foi debatida em maior profundidade e da maneira mais democrática, como se recomenda à adoção de qualquer resolução de peso. As tendências minoritárias da central, na sua maior parte, foram quase que apenas comunicadas. Quanto às bases, pobres bases!

A própria instância que aprovou a proposta, uma plenária que credenciou apenas 369 delegados, quando se sabe que a CUT tem mais de 2.200 entidades filiadas, não foi das mais representativas e nem a mais apropriada para uma decisão deste relevo. O natural seria que o tema fosse discutido no fórum máximo da CUT, no seu congresso nacional. Mas parece que está virando rotina na central o uso deste tipo de expediente. É só lembrar a filiação à Ciosl, outra resolução de forte impacto, também aprovada numa plenária.

Crise do sindicalismo não será superada com medidas de caráter organizativo

Talvez devido às resistências no próprio interior da corrente majoritária, a resolução da plenária, recentemente publicada, não entra no mérito da decisão. Diz apenas que a “7ª plenária nacional da CUT decide assumir o desafio de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos da Central Única dos Trabalhadores”. Informa ainda que será realizado um “amplo debate” sobre o tema e que “as conclusões deste serão objeto de deliberação em reunião da Direção Nacional a ser realizada antes da plenária de 1996. Tais deliberações serão submetidas à plenária” - prevista para o primeiro semestre do próximo ano.

De qualquer forma, o tal modelo orgânico foi previamente aprovado. E o seu conteúdo,

bastante grave, está implícito na tese da Artsind à plenária. Também os argumentos utilizados para justificar a proposta já são conhecidos - e são bem matreiros e capciosos. A Articulação parte de uma dura crítica à atual estrutura sindical brasileira, “arcaica”, que incentiva o corporativismo. Diz também que o mundo do trabalho passa por profundas mutações - decorrentes das inovações tecnológicas, da ofensiva excludente das elites, etc. -, que afetam duramente o movimento sindical e exigem novas respostas da central.

Quanto ao diagnóstico, nada contra. O problema é o remédio. Diante desse quadro, a Artsind propõe medidas de caráter eminentemente organizativo para superar as atuais e futuras dificuldades do sindicalismo brasileiro. Pouco ou nada fala sobre os sérios problemas de direção da central. É como se a tal estrutura orgânica, que depende para vigorar de alterações na Constituição, com o fim da unicidade sindical, fosse a panacéia para os males do movimento sindical.

A experiência brasileira recente, e mesmo a internacional, indicam que as debilidades próprias do sindicalismo são essencialmente políticas. No próprio nascimento da CUT, o setor dinâmico na construção da central, partindo do ABC paulista, usou da estrutura sindical oficial para enfrentar o patronato e governo militar. A estrutura, apesar de arcaica, não impediu uma postura política de confronto. Foi por dentro dela, inclusive quando totalmente atrelada ao Estado, que o sindicalismo combativo cresceu e fortaleceu-se, superando na prática sua amarras.

Também a nível mundial, não é a forma de estruturação que define a atuação e representatividade das centrais. Entre as que adotam o modelo orgânico, por exemplo, encontram-se as entidades da Espanha, Itália e Suécia. Nas duas primeiras, por razões históricas óbvias. Nem por isto as centrais destes países são os melhores exemplos de resistência à ofensiva neoliberal. Todas elas passam por profunda crise de representação - assim como as centrais que adotam o modelo de filiação direta, não orgânico, como as dos EUA, Alemanha e outras.



José Rosa

A 7ª plenária, com representatividade questionável, aprovou decisão que afeta o futuro da CUT

Em recente visita ao Brasil, Cesare Minghini, da Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL), ligada ao ex-PCI, relatou as enormes dificuldades do sindicalismo em seu país. O índice de sindicalização está em queda, assim como há grande desgaste das direções das três centrais existentes, com o surgimento de organismo de oposição na base (chamados de Cobas). “Nossos sindicatos são orgânicos. A CGIL tem os seus sindicatos, a CISL os dela, assim como a UIL também os têm. Mas já se discute na Itália a unificação nacional dos sindicatos por ramo”, comentou Cesare Minghini.

O perigo da concentração de poderes e do enrijecimento do monolitismo político

Na verdade, a atual crise do sindicalismo mundial, que também já se expressa com força no Brasil, tem razões mais de fundo. Ela deriva de inúmeros fatores objetivos e subjetivos (*abordados por Augusto Buonico-re no artigo da página 23*). Evidente que os entraves de caráter administrativo e mesmo legais existentes no Brasil interferem na vida sindical. Mas seria ilusão, ou má intenção, afirmar que as atuais dificuldades seriam superadas com a adoção da estrutura orgânica. Os italianos que o digam!

Se o “buraco é mais embaixo”, quais os motivos do açoitamento da Articulação em aprovar tal proposta? Quais as prováveis conseqüências da implementação desta estrutura no Brasil? A resposta a estas questões, que são **essencialmente políticas e não funcionais ou de princípios**, é que deve balizar a postura das correntes cutistas mais à esquerda. Na atual conjuntura, essa proposta favorece ou não o processo em curso de social-democratização da CUT - eis a questão!

As pistas indicadas pela tese da Artsind são elucidativas. Com a estrutura orgânica, os sindicatos de base perdem poder e autonomia. Seguindo o exemplo dos países citados acima, o trabalhador se filiará diretamente à CUT no exato momento da assinatura do contrato na empresa. Sua contribuição financeira, por exemplo, seria depositada na conta da central e não das entidades de base. Do piso ao topo, da comissão de fábrica até a federação nacional do ramo de atividade, tudo ficaria sob controle direto da executiva da CUT.

Todo aparato da estrutura orgânica também teria o mesmo destino. Gráficas, jornais, departamentos de formação, jurídico e saúde etc., passariam a ser dirigidos diretamente pela executiva cutista. Os atuais sindicatos, na prática, seriam transformados em meras subsedes. Mesmo o número de diretores afas-

tados para o trabalho sindical passaria a ser definido pela cúpula da central. A centralização do poder, que pode exacerbar o monolitismo político, é evidente!

Como se observa, este é um cenário projetado. A própria Articulação ainda não sabe como se dará a transição do modelo de filiação direta para o orgânico. Há, para complicar suas intenções, a forte tradição do sindicalismo brasileiro, que construiu toda uma estrutura durante décadas. Mesmo entre dirigentes da sua tendência encontra-se forte rejeição a uma proposta que anula a independência dos sindicatos - até por "atraso", por defender a manutenção do aparato sindical existente. Por último, o modelo orgânico só tem condições de vingar se for alterada a atual Constituição, com o fim do capítulo sobre unicidade sindical.

**Proposta se encaixa na atual
ofensiva das elites de
fragmentação dos sindicatos**

E aqui surge o segundo grande perigo desta proposta. Ela foi feita sob medida para um país que adote o plurisindicalismo. Não é para menos que foi inserida, pela Articulação, num projeto maior rotulado de "sistema democrático de relações de trabalho". Este defende abertamente, entre outros pontos altamente controversos, o fim o artigo 8º da Constituição, "no inciso que trata da unicidade sindical". A bancada do PT, bastante sintonizada com a Artsind, já apresentou o tal projeto no Congresso Nacional.

Para vingar de fato, o modelo orgânico depende da introdução do pluralismo sindical no Brasil. Só desta forma a CUT poderia montar sua própria estrutura. O mesmo ocorreria com as demais centrais do país, que automaticamente teriam que erguer suas estruturas. A divisão do sindicalismo, que hoje só atinge o topo, chegaria de vez às bases. Surgiriam os "sindicatos orgânicos" da CUT, da Força Sindical, das duas CGTs e até da recém-criada CAT. No extremo, como caricatura, nada impediria a Igreja Universal do

Reino de Deus de também montar a sua própria central sindical orgânica.

Ao invés da pluralidade de idéias no interior de entidades únicas, teríamos a proliferação de centenas ou milhares de pequenos e frágeis sindicatos. Estes perderiam o papel de frentes únicas de combate à exploração patronal. Passariam a ser montados de acordo com concepções políticas ou religiosas, e até mesmo em decorrência da interferência direta das empresas. Num rápido exemplo, o trabalhador que discordasse da CUT não participaria das campanhas salariais, assembléias e eleições de diretoria da entidade enquadrada no modelo cutista.

Com a filiação individual à central, como ocorre na Espanha e na Itália, a fragmentação atingiria inclusive os locais de trabalho. Os delegados sindicais ou comissões de fábricas teriam que se enquadrar numa das estruturas orgânicas existentes. Ao invés da união da classe na luta contra o capital, a concorrência e a disputa entre os próprios trabalhadores ... para a alegria do patronato. Nada mais desastroso neste momento de ofensiva neoliberal, que tem como um de seus alvos os sindicatos e objetiva fragmentá-los!

O risco de pulverização é ainda maior quando se sabe que as empresas estão investindo pesado nos chamados "novos métodos de gerenciamento", via CCQs, ilhas de produção, etc. Numa disputa aberta pela hegemonia no interior do próprio local de trabalho, elas procuram ganhar "a mente do trabalhador", na tentativa de cooptá-lo e envolvê-lo no "espírito da empresa". Com o pluralismo, elas teriam escancaradas as possibilidades de criar seus próprios sindicatos - a exemplo do Japão, onde são comuns os "sindicatos casas", nitidamente patronais.

**Prática hegemônica serve
para impôr a política de
conciliação da Articulação**

Diante de tantos riscos, surge a pergunta: por que a Articulação se lança nesta aven-

tura? O motivo básico se encontra na própria concepção política que passou a norteá-la. Já faz algum tempo que ela assimilou a badalada tese do “fim da história”. Diante da crise prolongada do capitalismo, da violenta onda neoliberal, das profundas mutações no mundo do trabalho e do ofuscamento da perspectiva socialista, a Artsind abraçou o ideário da velha social-democracia - exatamente no momento em que esta corrente na Europa, por ironia da história, renega seu passado e adere a muitas teses neoliberais.

Afirmar que a Articulação cada vez se afina mais com a social-democracia não é nenhum xingamento ou rotulação simplista. Serve apenas para identificar uma opção política, que não deixa de ser legítima, mesmo que equivocada. E o discurso e a prática comprovam esta virada. De uma postura de confronto com o capital, que se manifestou na origem desta tendência, ela adota hoje uma prática “propositiva”, civilizada, de convivência com o sistema capitalista. A perspectiva socialista foi, de fato, abandonada, esquecida.

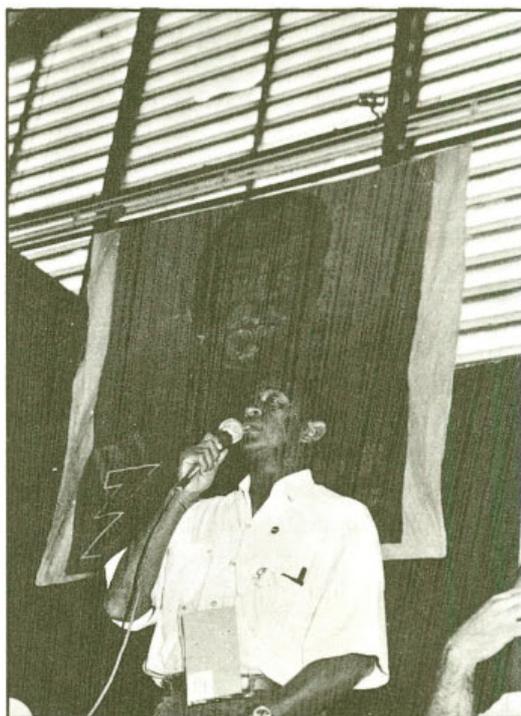
Ao invés da luta de classes, o que passa a existir são os permanentes “conflitos de interesses” entre os diversos “atores sociais” - termos em alta entre os dirigentes desta tendência. No lugar da ação combativa dos trabalhadores, a insistência nos intermináveis fóruns tripartites, onde patrões, governos e sindicalistas procuram soluções negociadas, em parceria, para os graves problemas nacionais. As câmaras setoriais, hoje em declínio, ainda são vistas pela Artsind como alternativa estratégica “para o conjunto da sociedade”.

Com tal concepção, não surpreendem certas posturas recentes adotadas por alguns dos principais expoentes da Artisind. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Heiguiberto Navarro, assinou o manifesto do movimento “reforma sim, recessão não”, uma iniciativa da Fiesp em defesa da reforma constitucional desencadeada pelo governo FHC. Pouco antes, a CUT havia aprovado a estranha idéia das

“reformas populares”. O mesmo Guiba expressou seu apoio ao movimento “Custo Brasil”, outra investida patronal que prega a redução dos encargos sociais e dos tributos das empresas. Também estão em curso no ABC assinaturas de acordos de flexibilização da jornada de trabalho.

Na prática, a aprovação do chamado modelo orgânico serve à implementação desta linha político-sindical. Visa obstaculizar a resistência dos setores mais a esquerda, anti-capitalistas, no interior da CUT. Serve também para canalizar, acomodando, a própria rebeldia das bases cutistas. Sob a vigência da estrutura orgânica, por exemplo, a CUT Regional São Paulo não teria como deflagrar, em 92, o movimento “Fora Collor”, que contestava o “legalismo” da Artisind. Imposto este modelo, qual será a linha editorial dos jornais e boletins sindicais engessados na tal “estrutura comum”?

Quanto aos perigos da fragmentação sindical, com a implantação do pluralismo, isto não causa pânico às correntes de viés social-democrático. A unidade de classe dos trabalhadores sempre preocupou as tendên-



Plenária prestou homenagem a Zumbi

José Rosa

cias que pregam a ruptura com o capitalismo. Para a social-democracia, que não questiona o poder burguês, ela nunca foi essencial. Que o diga a Ciosl, que sempre pregou o pluralismo. Além disso, na estrutura orgânica o que passa a valer é o poder de negociação da central, que será a interlocutora privilegiada das contratações coletivas de trabalho e também dos possíveis pactos sociais, via câmaras setoriais nacionais.

**Novos desafios das forças
cutistas contrárias à falta de
democracia e à conciliação**

Por estas e outras razões, a maior parte das correntes cutistas de esquerda (CSC, PSTU, O Trabalho e outras) esperneou e votou contra a proposta do “sindicato orgânico”. Neste campo, apenas a recém-criada **Alternativa Sindical Socialista (ASS)** se somou a Artsind. Fundada em agosto passado, ela é egressa da antiga CUT pela Base e se define como alinhada ao PT. “Para nós é antagônica a participação de agrupamentos anti-petistas no interior da Alternativa Sindical Socialista”, afirma seu documento de fundação.

Com um discurso de esquerda, principista, a ASS defendeu o modelo por entender que ele representa um “retorno às origens da CUT”, sendo a melhor forma de se quebrar a estrutura sindical oficial, “corporativa e burocrática”, e de se preparar para um cenário de novos desafios, com o fim da unicidade. Além disso, a ASS comemorou o fato de ter incorporado à resolução do sindicato orgânico alguns mecanismos de democracia sindical, como a proporcionalidade direta nos sindicatos de base. Essa foi sua “condicionante” para apoiar a proposta.

Mas este apoio, que mais se parece uma aposta no escuro, não é tranquilo nem no

interior da jovem ASS. Algumas tendências internas, como a Força Socialista, não botam fé na postura “democrática” da Artsind. E não é para menos. Foi esta mesma Artsind que gritou “racha, racha” quando sua hegemonia na central esteve ameaçada no 4º Concut. Ela também extinguiu as CUTs Regionais, que se opunham ao seu monolitismo na entidade; restringiu drasticamente o espaço das oposições sindicais; alterou os critérios de participação nos Concuts, reduzindo o número de delegados de base; e reforçou a estrutura vertical da central. O “modelo orgânico” nada mais é do que o coroamento deste processo!

Diante de tais riscos, a conclusão é que as forças cutistas de esquerda não podem subestimar a postura hegemônica da Articulação, que serve, no essencial, ao seu projeto político de conciliação de classes. No atual estágio, o grande desafio no interior da CUT é forjar um contraponto eficaz, hábil politicamente, à concepção e prática da corrente majoritária. Isto exige das correntes que se proclamam socialistas uma crítica muito mais incisiva, direta e cotidiana à política da Articulação. O que recoloca, em novo patamar, a própria discussão sobre a política de alianças no interior da central.

O atual estágio também requer que discussões decisivas para o futuro da central, como a do “modelo orgânico”, sejam levadas às bases das categorias. Se ficarem restritas às salas fechadas do prédio Martinelli, sede da CUT/Nacional, não haverá qualquer surpresa no resultado desta batalha decisiva. Até o final do próximo semestre, quando ocorrerá a próxima plenária, o tema necessita ser debatido pelos verdadeiros responsáveis pela construção da CUT como a principal referência sindical da luta de classes no país - os trabalhadores.

* Jornalista.
Presidente do
Centro de Estudos
Sindicais (CES)

Impactos da automação no trabalho bancário

Nise Jinkings *

O processo de modernização tecnológica, que se desenvolve e intensifica no mundo, nas últimas décadas, vem produzindo uma série de transformações nos ambientes produtivos, com implicações nos modos e nas condições de trabalho, nas relações de produção e na capacidade de resistência dos trabalhadores. No Brasil, esse processo se dá com alguma defasagem cronológica em relação aos países de capitalismo avançado e de forma desigual entre os diversos setores produtivos.

O sistema financeiro tem desenvolvido com grande intensidade as inovações tecnológicas de base microeletrônica, sendo considerado inclusive uma “ilha setorial de modernidade”, conforme expressão de Lilianna Segnini [1], diante do cenário nacional de expansão da miséria e de concentração da riqueza privada. Essa situação, aparentemente contraditória, na verdade é coerente com as políticas econômica e financeira implementadas no Brasil no decorrer das últimas décadas, em especial após o golpe militar de 1964.

Com a finalidade de desenvolver aqui o capitalismo monopolista, essas políticas se direcionaram para o fortalecimento e privilégio de determinadas frações da burguesia -

especialmente a financeira -, estimulando a expansão e a concentração do capital financeiro, como nos aponta Ary Minella [2]. A Reforma Bancária se converteria em instrumento institucional de suporte a essas políticas e possibilitaria uma reestruturação do sistema financeiro, que implicaria em intensificação da concorrência interbancária e em racionalização e automatização do trabalho realizado nos bancos.

Sob esse cenário foram introduzidos os centros de processamento de dados (CPDs) no sistema bancário, em meados dos anos 60. Desenvolvendo o processamento de dados provenientes das transações realizadas nas agências, os CPDs produziram um grande aumento de produtividade do trabalho e re-

duziram os custos operacionais dos bancos. Os serviços de lançamento de contas correntes, por exemplo, passaram a ser efetivados à noite e pela manhã eram enviadas às agências listagens com o movimento atualizado, a serem utilizadas pelos caixas.

Mudava o próprio conteúdo da atividade bancária. As agências perdiam a relativa autonomia que detinham quanto aos serviços de contabilização - agora transferidos em grande parte aos CPDs -, e se iniciava um processo de fragmentação do trabalho bancário, apontado por Roberto Grun [3], que se agudizaria com a intensificação da automatização do trabalho. Foram criados novos postos de trabalho, vinculados às operações informáticas: digitadores e conferentes, operadores, programadores e analistas de sistemas. Verificou-se uma polarização entre o grande número de trabalhadores não-qualificados, que realizavam tarefas repetitivas e padronizadas, e uma minoria qualificada, geralmente técnicos vinculados à informática ou detentores de cargos nas gerências especializadas.

Sistema on-line aumenta a produtividade e agiliza as inversões de capital

A introdução do sistema on-line nas agências, no início dos anos 80, num contexto de expansão e de internacionalização do sistema financeiro, seria um outro momento marcante nas transformações do trabalho bancário. A crescente concorrência entre bancos e os altos índices inflacionários que atingiam a economia brasileira, estimulavam as instituições bancárias a aperfeiçoar o atendimento aos clientes e agilizar as operações financeiras.

É importante destacar que se desencadeavam graves distorções na dinâmica financeira nacional, diante das políticas monetária e financeira implementadas, analisadas por Conceição Tavares e J. Carlos de Assis [4]. Num quadro de instabilidade monetária e fiscal, as atividades e os lucros dos bancos iam se fixando no circuito de valorização do

capital-dinheiro em circulação, distanciando-se cada vez mais da intermediação bancária - captação de recursos e concessão de empréstimos. Naquela conjuntura inflacionária, aprofundava-se a especulação financeira e crescia a rentabilidade bancária. O on-line propiciava um brutal aumento da produtividade do trabalho e um enorme aumento da rapidez nas inversões de capital.

Intensificava-se o ritmo do trabalho bancário, especialmente dos caixas, que agora utilizavam terminais de computador em sua atividade cotidiana. Uma série de postos de trabalho ia sendo atingida pela arrancada tecnológica, inclusive aqueles criados por ela: o trabalho dos conferentes e digitadores, por exemplo, transferia-se paulatinamente para os funcionários que utilizavam em seu cotidiano de trabalho dados que agora eram digitados por eles próprios. Tal processo implicaria em demissões e transferências arbitrárias nos bancos.

Ao mesmo tempo, a ênfase ao atendimento se expressava na arquitetura das agências, que passavam a apresentar uma ampla área reservada ao contato direto com o público. Iam sendo criados postos de trabalho diretamente vinculados ao mercado financeiro, como gerente de negócios, operador de mercado etc. Desenvolve-se o sistema de auto-atendimento, com a propagação dos cartões magnéticos e de caixas eletrônicos, inclusive os chamados bancos 24 horas, segundo informações de André Accorsi [5].

A extensão do sistema on-line aos serviços internos dos bancos, ainda nos anos 80, propiciaria a redução drástica do trabalho manual de manuseio com papéis, reduzindo custos operacionais e possibilitando a eliminação de muitos postos de trabalho vinculados aos serviços de retaguarda.

O surgimento das agências totalmente informatizadas e da noção do banco virtual

Desde final dos anos 80, as transformações tecnológicas nos bancos vêm enfatizan-



Cristiana Tramonte

do a transferência eletrônica de dados externamente às agências bancárias e difunde-se o conceito de home banking, que possibilita às pessoas físicas ou jurídicas realizarem operações financeiras nas residências ou empresas, mediante a conexão entre seu computador e o do banco. Ao mesmo tempo, integram-se os processos de automação bancária à comercial, via terminais de transferência de fundos - TTFs - nas lojas, conectando a conta corrente do cliente à da empresa credora, como nos aponta Helena Ely [6].

Mais recentemente, já nos anos 90, assistimos à criação de agências totalmente automatizadas, inclusive experiências onde o atendimento é realizado exclusivamente via telefone ou fax, caso da "Agência 30 Horas Unibanco". Fax, telefone, micro e até televisão - através de convênios dos bancos com canais de TV a cabo -, afastam cada vez mais os clientes das agências bancárias.

Dissemina-se a noção de banco virtual como tendência para o futuro, nos quais as operações são realizadas sem a presença dos clientes. Aperfeiçoam-se os cartões eletrônicos e criam-se os smart cards ou cartões inteligentes, que possuem microchips com informações e valores armazenados. Desenvolvem-se sistemas de captura e recuperação

de imagens, que significam um grande avanço tecnológico nas tarefas de manipulação de documentos, já que possibilitam digitalizar e armazenar em banco de dados as imagens dos documentos.

Os bancos investem maciçamente em pesquisa e tecnologia, diante de uma acirrada concorrência pela conquista de grandes ou médios clientes, potencialmente investidores, aprofundando o sistema home banking e os processos de auto-atendimento. Num contexto de alta concentração de renda - em 1993, somente 18% da população brasileira possuía conta em banco [7] - e de adoção pelos bancos de mecanismos cada vez mais seletivos quanto à clientela, o direcionamento das estratégias mercadológicas dos bancos se dá, portanto, para o atendimento personalizado e para a comodidade de uma parcela extremamente minoritária da população.

Inovações tecnológicas alteram profundamente o perfil dos bancários

As recentes inovações tecnológicas dos bancos vêm repercutindo fortemente no trabalho bancário e na sua divisão técnica, extinguindo postos de trabalho e criando

outros. Diminui o movimento de clientes no interior das agências, esvazia-se o conteúdo do trabalho do caixa - substituído cotidianamente pelo computador -, reduz-se o uso de cheques em face da propagação dos cartões magnéticos e diminui o fluxo de papéis no interior dos bancos.

Ao mesmo tempo, a intensificação da automatização e da concorrência interbancária, bem como as práticas flexíveis de trabalho [8] e a difusão dos programas de "qualidade total" nas instituições financeiras, implicariam em mudanças nas relações de trabalho e no perfil do trabalhador, além de afetar drasticamente o emprego bancário.

A nível das relações de produção, modificam-se as políticas de recursos humanos, baseadas agora na busca da adesão e mobilização dos trabalhadores aos objetivos de lucratividade das empresas. Mediante um discurso de exaltação da empresa e de negação dos antagonismos de classe entre patrões e empregados, as novas formas de gestão procuram responsabilizar o conjunto dos trabalhadores pelo desempenho do banco. A concessão de prêmios de produtividade aos funcionários ou equipes que superarem as metas estabelecidas, é um dos mecanismos utilizados para estimular o aumento da produtividade do trabalho bancário, inclusive provocando um acirramento da concorrência entre os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a divulgação periódica de jornais e revistas patronais, os sistemas de comunicação informatizados que possibilitam o acesso diário por terminal de computador às orientações e informações oferecidas pela direção da empresa, além da transmissão de sofisticados vídeos direcionados aos funcionários, destinam-se a obter o apoio incondicional desses trabalhadores às políticas dos bancos.

As novas exigências de qualidade e as estratégias mercadológicas dos bancos direcionadas às empresas ou pessoas físicas de alta renda têm implicado na promoção de cursos e treinamentos voltados para a obtenção da "excelência" no atendimento. Mudam as exigências das instituições bancárias

quanto a qualificação de seus funcionários, especialmente aqueles vinculados às tarefas de atendimento à clientela preferencial, o que vai impactar o perfil dos trabalhadores bancários e, inclusive, suas formas de contratação e de seleção.

Queda brutal do nível de emprego e redução da massa de salários

De acordo com as mais recentes pesquisas que tratam do perfil da categoria bancária [9], a estrutura funcional dos bancos tem se modificado significativamente. Diminui a quantidade de escriturários e chefias intermediárias, a massa de trabalhadores envolvida nos serviços operacionais e administrativos, enquanto que aumenta o número de técnicos e de gerentes especializados em informática ou no atendimento personalizado ao cliente.

Quanto aos caixas, é interessante observar que apresentam um pequeno índice de crescimento entre 1989 e 1993 (cerca de 2%). Todavia, em um contexto de grande aumento da rede de agências bancárias no mesmo período e de intenso crescimento do seu ritmo de trabalho - em face dos processos de automação introduzidos -, percebe-se que a elevação do número de caixas é negativamente desproporcional ao aumento da produtividade de seu trabalho.

Aumenta o tempo médio de trabalho na categoria e observa-se um decréscimo na participação dos segmentos mais jovens, revelando-se uma concentração de bancários na faixa etária de 30 a 39 anos. Concomitantemente, vem diminuindo a quantidade de mulheres no setor, no decorrer dos últimos anos: de 46,5% em 1992, sua participação caiu para 43,2% em 1994. Ao que parece, as reduções nas contratações e um processo gradativo de demissões, especialmente entre os níveis hierárquicos mais baixos da carreira bancária, têm atingido prioritariamente os mais jovens e as mulheres, objeto de políticas discriminatórias quanto a ascensão na carreira.

Como em todas as categorias profissionais atingidas por um processo intenso de modernização tecnológica, os bancários têm vivenciado uma queda brutal nos níveis de emprego. Essa problemática ficou mais visível durante a vigência do plano cruzado em 1986 e durante o período entre 1990 e 1992, quando foi constatada uma queda acumulada de 18,13%, que significou a perda de 55.310 postos de trabalho. Apesar do poderio dos conglomerados financeiros e do crescimento intenso do sistema financeiro nacional, o emprego bancário vem apresentando taxas negativas desde então; de 1993 a 1994, a quantidade de trabalhadores do setor diminuiu em 4,7%.

A situação agrava-se diante da crescente utilização de práticas flexíveis de contratação da força de trabalho nos bancos. A contratação temporária de trabalhadores vinculados à empresas prestadoras de serviços, a transferência de funcionários do banco para empresas participantes do seu conglomerado, a contratação de estagiários, além da terceirização de atividades, são alguns desses mecanismos. Utilizadas com o objetivo de reduzir custos e aumentar a produtividade, tais formas de contratação implicam geralmente em salários abaixo dos níveis médios da categoria e em piores condições de trabalho, já que esses trabalhadores não desfrutam dos direitos conquistados pelos bancários ao longo de suas lutas sindicais.

Por outro lado, o grande aumento na produtividade do trabalho propiciado pelo avanço tecnológico e pelas mudanças organizacionais, não implicou em melhores salários para os trabalhadores. Entre 1986 e 1992, segundo informação da revista Isto É/Señhor, de 04/03/92, a massa salarial paga no sistema bancário caiu em 42%. Essa tendência de rebaixamento salarial permanece nos dias de hoje, tanto nos bancos privados como nos estatais.

Reflexos na subjetividade dos trabalhadores e os dilemas da ação sindical

As experiências de automatização e de flexibilização no mundo bancário afetaram também a capacidade de resistência dos trabalhadores. As mudanças de perfil na categoria - com redução de escriturários e aumento de gerentes e técnicos -, o gradativo esvaziamento dos locais de grandes concentrações de trabalhadores - como os CPDs, centrais de serviços e de compensação -, bem como a terceirização de atividades, têm dificultado a mobilização dos bancários. Ao mesmo tempo, a difusão das novas políticas gerenciais e a adoção generalizada do conceito de controle de "qualidade total" nos bancos afetam a subjetividade dos trabalhadores e sua consciência sindical [10].

As novas tecnologias vão tornando descartável grande parcela de trabalhadores bancários. Segundo dirigentes do setor, a tendência é de crescer a demanda por profissionais qualificados, com capacidade de gerenciamento e de compreensão dos movimentos do mercado financeiro, aptos a um atendimento de qualidade aos grandes clientes. Por outro lado, grande parte das agências bancárias tende a se transformar em "imensos caixas eletrônicos" ou bancos virtuais.

No decorrer de aproximadamente trinta anos, desde a criação dos CPDs até a atualidade, as inovações tecnológicas e organizacionais implementadas têm estado sob controle absoluto dos banqueiros, a serviço da acumulação de capital e propiciando sempre maiores lucros aos bancos. A criação de novos mecanismos de resistência nos sindicatos e locais de trabalho não tem conseguido impedir o desencadeamento de situações desfavoráveis aos trabalhadores, como desemprego, subemprego, intensificação do ritmo de trabalho, desrespeito à jornada de seis horas, problemas de saúde etc.

Uma verdadeira luta política tem se desenvolvido no confronto entre capitalistas e trabalhadores, pelo controle das reestruturações tecnológicas e organizacionais, na maioria dos setores produtivos, em escala mundial. Uma questão que permeia toda a discussão sindical sobre o assunto é a reivindicação de participação dos trabalhadores

nas decisões relativas a essas transformações. Todavia, as experiências de resposta sindical às novas tecnologias tem se pautado por um caráter defensivo, mesmo em países de capitalismo avançado como Alemanha, França, Inglaterra, Japão [11].

Sem conseguir incorporar às lutas sindicais a massa de trabalhadores subempregada pelos processos flexíveis de contratação, e desaparelhados tecnicamente para compreender em sua totalidade o veloz processo de mudança em curso e suas reais consequências para os trabalhadores, os sindicatos não têm conseguido influir decisivamente nos rumos dessas transformações [12]. É nesse contexto marcadamente crítico que podemos compreender os impactos da informática no mundo do trabalho bancário.

NOTAS

* Mestre em sociologia, doutoranda em ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (Campinas-SP) e autora do livro **O Mister de fazer dinheiro - automação e subjetividade no trabalho bancário**. Boitempo Editorial/Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1995, São Paulo.

- 1- L. Segnini, **Inovação Tecnológica, Escolaridade e Qualificação Profissional no Setor Bancário: Aspectos Referentes à Função Caixa**. Universidade de Campinas, 1992, mimeo.
- 2- A. Minella, **Banqueiros, Organização e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.
- 3- R. Grun, **A Produção de Uma Empresa Moderna: Os Bancários e a Automação**. Tese de Mestrado, PUC-São Paulo, 1985.
- 4- M.C.Tavares e J.C.Assis. **O Grande Salto Para o Caos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.
- 5- A. Accorsi, **Automação: Bancos e Bancários**. Tese de Mestrado, Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração da USP, 1990.
- 6- H. Ely, **As Transformações no Sistema Financeiro Brasileiro e a Automação nos Bancos Comerciais**. São Paulo, CEBRAP, 1992, mimeo.
- 7- L. Segnini, **O Processo de Feminização do Trabalho Bancário em um Contexto**

Altamente Informatizado: Uma Conquista Social? Faculdade de Educação, UNICAMP, 1994, mimeo.

- 8- Refiro-me a um novo modo de reprodução capitalista, a que alguns autores denominam acumulação flexível, caracterizado essencialmente pela flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho. Baseadas em altos níveis de inovação tecnológica e organizacional, essas novas práticas buscam adequar a quantidade de trabalho e de trabalhadores às diversificações de demanda pelos consumidores. Implicariam ainda na polivalência e multiqualificação para uma parcela dos trabalhadores que passaria a exercer funções diferenciadas, conforme as exigências do momento.
- 9- IADES (Instituto de Análise Sobre o Desenvolvimento Econômico Social). **Perfil da Categoria: Bancários de São Paulo**. São Paulo, 1992, mimeografado. Pesquisa de Emprego e Desemprego, Estudo Especial, Suplemento do Boletim da PED 114, SPG. Convênio SEADE-DIEESE, São Paulo, 1994. A esse respeito, ver ainda Febraban, **Balanco Social dos Bancos**, 1994, São Paulo, 1995.
- 10- Uma análise mais cuidadosa das transformações do trabalho bancário e de suas repercussões sobre as condições materiais de vida e a consciência dos trabalhadores, encontra-se em **O Mister de Fazer Dinheiro**, São Paulo, Boitempo Editorial/Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1995, de minha autoria.
- 11- S. Lorangeira, **As Novas Tecnologias e a Ação Sindical no Setor Bancário: As Experiências Britânica e Brasileira**. ANPOCS-ST05: Perspectivas do Sindicalismo nos Anos 90, Caxambu, 1993, mimeo.
- 12- A propósito dos impasses do sindicalismo diante das metamorfoses que se verificam hoje no mundo do trabalho, ver Ricardo Antunes, **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez, 1995.



Greve no setor energético da Inglaterra contra os efeitos do neoliberalismo

A crise do sindicalismo no “primeiro mundo”

Augusto Cesar Buonicore *

A década de 80 pode ser considerada como uma década perdida para o sindicalismo dos países capitalistas centrais. E os cinco primeiros anos de 90 parecem não acenar com melhores dias. Pode-se afirmar que o movimento sindical atravessa a pior crise desde o fim da II Guerra Mundial. A pergunta que fica é: esta seria mais uma crise que poderá ser superada ou se trata de uma crise terminal?

Todos os dados estatísticos apontam uma tendência acentuada para redução do número de trabalhadores sindicalizados e uma queda não menos drástica no número de movimentos coletivos de contestação operária, especialmente as greves. A crise também pode ser mensurada pela queda do número de votos recebidos pelos partidos operários tradicionais, sociais-democratas e comunistas.

Segundo J. Visser, entre 1980 e 1990 o número de sindicalizados na Europa Ocidental (excluída Espanha, Portugal e Grécia) caiu de 41% para 34%. No Japão, a taxa de sindicalização foi de 30% para 25% e nos Estados Unidos reduziu de 23% para 16%. [1] Entre 1979 e 1985, o Trade Union Congress (TUC), a principal central sindical inglesa, perdeu quase 3 milhões de aderentes,

o que representou uma queda de aproximadamente 25% do total de seus membros.[2]

Nos EUA, segundo Kin Mood, “a representação dos sindicatos decaiu de 17,7 milhões membros, em 1983, para 16,6 milhões, em 1993. Enquanto parcela da força de trabalho, o quadro sindical diminuiu de 33%, em 1953 (o ponto alto), para 20%, em 1983; indo para menos de 15%, em 1993. No setor privado, esta taxa declinou de 16,8% em 1983, para 11,2%, dez anos depois - o mais baixo nível desde o começo dos anos 30”. [3]

PORCENTAGEM DE SINDICALIZADOS [4]

	1955	1970	1980	1989
EUA	31	30	22	16
Japão	36	35	31	26
Alemanha	44	33	36	33
Grã-Bretanha	46	45	51	41

Outra constatação a que se pode chegar é que esta redução só não foi maior graças a incorporação dos “assalariados médios” (servidores públicos, trabalhadores administrativos e em serviços). A queda da sindicalização entre a classe operária tradicional e o aumento da sindicalização nestes “setores médios” levou a uma alteração substancial no perfil do sindicalismo nestes países. Nos EUA, cerca de 42% dos sindicalizados são ligados ao setor público e apenas 22% são ligados a indústria. Na Alemanha 1/3 dos sindicalizados já são de “classe média”. [5]

Condicionantes estruturais do descenso do movimento sindical internacional

Existe uma forte tendência de setores da esquerda em reduzir a crise do movimento sindical aos aspectos meramente subjetivos, entendendo-a enquanto uma crise de direção. A resolução do problema passaria apenas por uma alteração da política atualmente adotada pelas correntes sociais-democratas, estalinistas e liberais.

Sem negar a existência deste fator, acreditamos que as raízes da crise do movimento

sindical são mais profundas. Estão ligadas a própria reestruturação capitalista ocorrida nas últimas décadas, que teve repercussões significativas no mundo do trabalho e nas suas representações. A incapacidade das direções em compreender a agudeza destas transformações e de apresentar soluções adequadas para a nova conjuntura que se abriu em meados da década de 70 ajudou a agravar a crise, mas não é responsável direta pelo seu surgimento e persistência.

A busca da competitividade internacional, da lucratividade, como forma de enfrentar a crise que assolou as economias capitalistas na década de 70, levou a uma reestruturação produtiva, assentada na adoção de novas tecnologias economizadoras de força de trabalho e de novas técnicas de gerenciamento. O paradigma deste novo modelo é, sem dúvida, o toyotismo.

O modelo fordista-taylorista clássico tendia a homogeneização dos trabalhadores fabris, a utilização de tecnologias mais ou menos rígidas, assentadas na linha de montagem, com máquinas especializadas que se utilizavam de um trabalho padronizado e desqualificado. Este modelo criou as condições favoráveis para a construção de grandes sindicatos por categoria, que puderam negociar condições de trabalho e salários também mais ou menos uniformes. É bom lembrar que a implantação do fordismo-taylorismo foi responsável, nas primeiras décadas deste século, pela crise de um tipo determinado de sindicalismo, assentado nas profissões.

O novo modelo que agora se expande reverteu a tendência, iniciada com a revolução industrial e impulsionada pela indústria fordista, de concentração de operários em grandes unidades produtivas e em determinadas regiões. Existe hoje uma forte tendência a aplicação de políticas industriais que des concentram a produção e contribuem para redução, diversificação e fragmentação da classe operária tradicional.

A reestruturação capitalista em curso também foi responsável pela expansão do desemprego estrutural e por uma alteração substancial no mercado de trabalho. Houve

um crescimento, sem precedentes, do que se poderia chamar de trabalho precário (por tempo parcial, por tempo determinado, terceirizado, na economia informal, etc.) e do emprego nos setores de serviços. Segundo Gorz, o número de operários industriais na Europa Ocidental reduziu-se de 40% para 30% nos últimos 20 anos. E, ainda segundo sua previsão, este número se reduzirá para menos de 25% no início do próximo século. [6]

A introdução de novas tecnologias resulta no aumento do desemprego

A queda do número de operários no conjunto da população se deve ao aumento da competição internacional entre as potências imperialistas e a conseqüente introdução de novas tecnologias. Entre 1981 e 1990, as 500 maiores corporações industriais norte-americanas eliminaram cerca de 3,7 milhões de empregos. Nos últimos 2 anos, outros 1,1 milhões de postos de trabalho desapareceram dos EUA [7]. Desapareceram para nunca mais voltar, pelo menos nas grandes indústrias.

Foi justamente, e não por acaso, nos ramos industriais onde os sindicatos eram mais fortes que a reestruturação causou os maiores estragos, a exemplo das indústrias de transformação, das atividades ligadas a mineração, portuários, etc. Nos EUA, entre 73 e 83, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Aço perdeu mais de 1 milhão de membros, metade de seus associados. Já o Sindicato dos Mineiros perdeu 50% de seus membros. [8] O mesmo aconteceu na Grã-Bretanha. Repetimos que não se trata aqui de um desemprego conjuntural, mas sim estrutural. Ou seja, são vagas que não serão novamente ocupadas.

O desemprego conjuntural (causado pela recessão), que atingiu os países capitalistas centrais na década de 70, e o estrutural, que se desenvolveu na década de 80, diminuíram o poder de barganha dos sindicatos

nas negociações coletivas. O desemprego condenou os sindicatos a posições cada vez mais defensivas, aumentando suas concessões ao capital. A maioria dos sindicatos aceitou negociar redução de salários, flexibilização de direitos e das condições de trabalho. Tais concessões ajudaram a agravar ainda mais a situação desses sindicatos diante de suas bases.

Segundo o articulista da revista sindical americana **Labor Notes**, Kim Mood, “a partir da emergência da crise global do capitalismo no começo dos anos 70, o salário real médio decresceu e ainda se encontra abaixo do patamar de 1973. De fato, de 1980 até 1993, a renda real do trabalhador sofreu queda ao redor dos 10%, enquanto a renda real de capital proveniente de lucros e dividendos subiu, respectivamente, 60% e 120%”. [9]

Se, de um lado, as novas técnicas de gerenciamento contribuíram para constituição da chamada “fábrica mínima”, que reduzia a mão-de-obra, de outro, contribuiu para incorporação desta mão-de-obra ao espírito da empresa. Tornam-se comum as políticas de individualização de salários, promoções, benefícios, as tentativas de resolução de todas as demandas dentro da própria empresa, de maneira individualizada, sem interferência dos sindicatos.

Todas estas alterações ajudam a entender as razões da queda da porcentagem de trabalhadores atingidos pelos contratos coletivos nos EUA, que de 24% em 1983 caiu para 18,8% em 1988. [10]

A mudança de perfil dos sindicatos com o aumento dos setores de serviços

Se o número de operários industriais estabilizados em grandes unidades produtivas vem se reduzindo, o mesmo não se pode dizer do número de assalariados em geral. Lane Kirkland, ex-presidente da AFL-CIO, afirmaria desolado: “Muitas empresas de serviços usam trabalhadores em tempo parcial. A MacDonaldis tem mais empregados do que

a United States Steel e todos eles ocupam postos de alta rotatividade e recebem salário mínimo. Gostaria que alguém me desse a fórmula mágica de sindicalizar esse pessoal". [11]

Sem dúvida, a aflição de Kirkland é justificada, pois este setor foi o que mais cresceu nas economias capitalistas. Ao mesmo tempo é o que tem tido maior dificuldade para ser incorporado às organizações sindicais destes países. Nos EUA, segundo o Departamento de Comércio, a expansão do setor de serviços foi de 97% entre 1980 e 1986, sendo responsável por mais de 60% de todas as ocupações (não incluídos o setor governamental). [12]

Segundo Kin Mood, "dos 3 milhões de novos empregos criados nos EUA desde 1992, 80% refere-se ao comércio varejista e ao setor de serviços, justamente onde há menos sindicalizados e predominam trabalho em tempo parcial e baixa remuneração. Em 1993, a agência de empregos temporários Manpower Inc - não sindicalizada - tornou-se o maior empregador do país". [13]

O quadro era o mesmo na ex-Alemanha Ocidental, às vésperas da unificação. Segundo o líder social-democrata R. Dresser, "na RFA, de igual modo que em outros Estados industrializados do Ocidente, o número de operários diminuirá. Os empregados (dos serviços) convertem-se no grupo mais numeroso, que continua crescendo, ao passo que o dos trabalhadores da produção se reduz". Mas Dresser constatava também o aumento da proporção de assalariados no conjunto da população ativa da RFA. [15]

Precarização das condições de trabalho gera novos desafios à ação sindical

Ao lado dos trabalhadores em serviços, existe uma massa enorme e em constante ampliação de trabalhadores que têm como característica comum a precariedade do emprego e da remuneração e a desregulamentação das condições de trabalho, o que leva a

uma regressão nos seus direitos sociais. Segundo Gorz, "aproximadamente 35% a 50% da população trabalhadora britânica, francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários, parciais". [14]

A atual tendência dos mercados de trabalho, segundo Harvey, é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos. Na Inglaterra, os trabalhadores flexíveis aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões. Mais ou menos no mesmo período, cerca de 1/3 dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria "temporário". [16]

No Japão, um estudo realizado pelo *Management and Coordination Agency*, que procurou analisar as transformações no mercado de trabalho, chegou a conclusão que ocorreu entre os anos de 1983 e 1987 um aumento total de empregados em tempo integral de apenas 4,7%, enquanto que os trabalhadores de tempo parcial aumentaram em 40%. O número de mão-de-obra masculina em tempo parcial aumentou 51% desde 1982. A mão-de-obra feminina em tempo parcial já chega a 31,7% do total de mulheres assalariadas. [17]

Mas alerta Osawa: "No Japão, a diferença entre trabalhadores de tempo parcial e trabalhadores de tempo integral baseia-se mais no próprio status e menos nas horas de trabalho. Na verdade, a média de horas de trabalho dos trabalhadores de tempo parcial é consideravelmente maior do que nos países da OCDE". E conclui: "pouquíssimos trabalhadores de tempo parcial no Japão têm a chance de assumir funções de tempo integral... os que ingressam na periferia tendem a permanecer nela." [18]

Esta tendência se agravará ainda mais nos próximos anos, pois a recessão econômica que atingiu o Japão no início da década de 90 levou a uma alteração na política patronal em relação a empregos e salários. A organi-

zação nacional das empresas já se posicionou pela extinção do “emprego vitalício” como forma de dar maior competitividade a indústria japonesa em crise.

A Toyota anunciou que passará a contratar trabalhadores, para funções centrais da empresa, sem a garantia de emprego “por toda vida”. A mesma Toyota já determinou a revisão do seu sistema de salário por antiguidade e o estabelecimento de novas formas de pagamento, baseada nos méritos individuais do modelo liberal ocidental. Como afirma Machiko Osawa: “O irônico é que em uma época em que muitos estudiosos e líderes sindicais ocidentais enamoram-se do modelo japonês de relações industriais, outros observam que o emprego vitalício e o sistema *nenko* estão desaparecendo sob a pressão de diversas forças econômicas.”[19]

As mudanças nas fábricas tornam a classe operária mais complexa e heterogênea

Gorz também constata que “a indústria reduz seus efetivos e não oferece empregos estáveis e permanentes a não ser a uma minoria de trabalhadores polivalentes. A maioria dos trabalhadores tem que contentar-se com empregos precários, temporários, cumprindo tarefas efêmeras e sem interesse. Não estão integrados na empresa e não se identificam com o seu trabalho, com suas funções na produção, nem com a classe dos produtores”. [20]

Sem dúvida, a mudança do perfil dos assalariados, ou seja, o aumento de sua heterogeneização e complexificação, criam dificuldades para o modelo sindical anterior. Este se constituiu diante de uma situação em que a classe operária tradicional estava em expansão, em muitos países constituía-se como maioria da população, no qual existia uma maior homogeneidade nas situações de trabalho e na remuneração.

O que pretendemos ressaltar é a existência de condicionantes de ordem estruturais na base da crise do movimento sindical. Ou seja,

de fatores que não dependem apenas da vontade dos atores sociais. Entre estes poderíamos, a grosso modo, enumerar:

- Acirramento da competição internacional, exigindo novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, particularmente nas indústrias tradicionais;

- Fim da tendência da concentração industrial em grandes unidades produtivas, em determinadas regiões e com abundância de mão-de-obra;

- Aparecimento de novas técnicas de gerenciamento destinadas a incorporar os operários aos objetivos das empresas;

- Flexibilização do emprego, dos salários e das condições de trabalho;

- Aumento do desemprego estrutural;

As conseqüências destas transformações estruturais do capitalismo no mercado de trabalho já foram apontadas: redução relativa e absoluta dos trabalhadores industriais que compunham a classe operária tradicional, aumento dos precários (em tempo parcial, contratado por tempo determinado, na economia informal) e aumento dos trabalhadores em serviços.

A ofensiva política da burguesia com a vitória das correntes neoliberais

A crise do movimento sindical foi agravada ainda mais pelas condições políticas que se formaram com a crise da social-democracia européia e do chamado socialismo real. Nos fins da década de 70, os setores de esquerda foram derrotados nos principais países capitalistas. Na onda conservadora foram eleitos Ronald Reagan nos EUA, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Helmut Kohl na Alemanha Ocidental.

A derrota política ajudou a precipitar a crise dos sindicatos. A manutenção do poder político nas mãos de partidos sociais-democratas ou menos reacionários não teria debelado a crise, mas poderia ter reduzido o seu impacto na década de 80. A postura dos novos governos neoliberais, especialmente

de Thatcher e de Reagan, foi especialmente dura com os sindicatos.

Na Grã-Bretanha, além de tratar com mão de ferro a greve dos mineiros, o governo aprovou no parlamento uma série de leis que reduziram o poder dos sindicatos britânicos. Destacam-se, entre elas, as Employment Acts (Leis de Emprego) e o Trade Union Act (Lei Sobre os Sindicatos). Através destas leis, Thatcher acabou com os contratos chamados “Closed Shop”, que garantiam os acordos salariais e os empregos apenas para os sindicalizados; introduziu a obrigatoriedade de realização de votação secreta entre os empregados para decretação de greve; e criou garantias para os trabalhadores que se recusavam a aderir as paralisações. Nos EUA, no primeiro ano do governo Reagan, mais de 12 mil controladores de voo foram sumariamente demitidos em razão da greve nacional da categoria.

A ação repressiva e as leis antisindicalistas tiveram um poder inibidor da ação sindical e contribuíram para a diminuição do poder dos sindicatos. A repressão ao movimento sindical, que recebeu amplo apoio da grande burguesia monopolista, era justificada em nome da necessidade de aumentar a competitividade das indústrias nacionais contra a concorrência internacional. A ação sindical, nesta perspectiva, era vista como algo negativo, um empecilho para superação da crise econômica e para colocação das economias nacionais em outro patamar na disputa pelos mercados mundiais.

O excesso de regulamentação nas relações de trabalho e os direitos sociais conquistados com anos de lutas eram responsabilizados pela perda de competitividade das indústrias. Estas idéias tiveram ampla repercussão entre as populações destes países, particularmente entre as classes médias, o que garantiu, e ainda garante, a manutenção dos governos e de políticas neoliberais.

A heterogeneização das classes trabalhadoras, o aumento da imigração da periferia do capitalismo para os países centrais, somado com a alta do desemprego, conjuntural e estrutural (e a falta de uma ideologia

socialista que cimentasse uma unidade político-ideológica) ajudaram a quebrar a solidariedade de classe e levaram ao surgimento de sentimentos racistas entre as massas trabalhadoras. Hobsbawm afirma que “a xenofobia é talvez a principal ideologia das massas neste final do século 20, afeta a classe trabalhadora mais do que qualquer outro grupo social”. [21]

Romper a visão simplista do “nada mudou” e a pessimista de que a crise é terminal

A crise do movimento sindical no “primeiro mundo” tem por base razões de ordem estrutural, que foram agravadas por condições de ordem político-conjunturais (estas últimas dependentes da vontade dos atores sociais). A compreensão destes dois aspectos da crise é de fundamental importância para que possamos construir uma alternativa realista para o movimento sindical em nível mundial.

Em primeiro lugar é preciso romper com a visão simplista que acredita que nada mudou. Que o desemprego é passageiro e que a solução da crise está logo na esquina, que passa ou pela substituição das lideranças sindicais ou por uma simples alteração nos governos dos países centrais, com a restauração da social-democracia. Hoje em dia esta última hipótese perdeu consistência, visto que a volta dos democratas ao governo norte-americano e a existência de governos social-democratas na Europa, embora criassem melhores condições para a ação sindical, não conseguiram estancar a crise.

O alerta que Harvey nos faz é decisivo. Afirma ele: “Considero muito perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos, olham a maioria dos trabalhadores de frente”. [22]



Passeata dos trabalhadores em Londres contra as medidas recessivas do governo

Mas também é preciso fugir de outra conclusão que pode ser ainda mais perigosa. Aquela que afirma que a crise do movimento sindical é uma crise terminal, para qual não há solução. Segundo estes teóricos, o sindicalismo moderno só pode se assentar na existência de amplos contingentes de uma classe operária homogeneizada pelos modelos de produção e de organização de tipo fordista.

Alguns estudiosos chegam ao extremo de aventar a possibilidade da supressão do trabalho assalariado com a expansão da robótica. Nos marcos do sistema capitalista esta é uma impossibilidade lógica. Mandel nos lembra que “não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado”. A generalização da robotização do trabalho além de um certo limite colocaria em risco a própria existência da economia capitalista.[23] No modo de produção capitalista o destino dos capitalistas está intimamente ligado ao destino dos trabalhadores assalariados. O capitalismo só pode se manter e se expandir assentado sobre o trabalho não pago.

Para os “pessimistas”, a tendência existente no sentido da redução e até mesmo de eliminação, a longo prazo, da classe operária

tradicional, significaria o fim do sindicalismo e da possibilidade da construção de uma sociedade assentada sobre o trabalho emancipado. Em primeiro lugar, não existem razões para supor que a redução, relativa ou absoluta, da classe operária tradicional signifique o fim dos sindicatos e muito menos o fim da possibilidade da construção de uma alternativa socialista para o capitalismo.

Novo modelo de acumulação de capital exige mudança na forma da organização sindical

No início do século, o sindicalismo também atravessou uma crise de grandes proporções, quando os antigos sindicatos de artesãos e profissionais foram pouco a pouco sendo substituídos pelos grandes sindicatos industriais. As alterações do modelo de sindicalismo estavam ligadas as mudanças ocorridas no modelo de acumulação capitalista no período, que caminhava no sentido inverso dos sindicatos profissionais. O novo modelo de acumulação, que teve no fordismo seu paradigma, exigiu a destruição de um determinado tipo de sindicato.

Acredito que o novo modelo de acumulação capitalista, que se gesta, deve levar necessariamente para uma alteração nos modos de organização dos sindicatos tradicionais. A burguesia globalizada já tem o seu novo modelo de organização sindical, o sindicato-casa de estilo japonês, integrado ao ideário da empresa. Aos trabalhadores caberá, se quiserem enfrentar a avalanche neoliberal, elaborar um projeto de organização sindical alternativo.

Este novo projeto passa pelo rompimento da estrutura corporativa e burocratizada que marca o sindicalismo no “primeiro mundo”, quer os de tipo social-democrata da Europa ou o sindicalismo de negócios norte-americano. Passa pela incorporação desta ampla camada de trabalhadores precários, que mantêm vínculos frágeis com o mercado de trabalho.

Para isto, os sindicatos devem se horizontalizar a fim de abranger o conjunto da classe trabalhadora, que se encontra numa situação de crescente exploração, e por isso mesmo têm dentro de si um grande potencial anti-capitalista. As explosões sociais que vez ou outra eclodem no “primeiro mundo” comprovam esta tese.

Os modelos sindicais que concentram toda a sua ação nas cúpulas das centrais sindicais, em detrimento das organizações de base unificadas, que priorizam as negociações pelo alto de acordos nacionais sem ter em conta as particularidades deste novo mundo do trabalho, parecem condenados ao desaparecimento enquanto representação legítima do conjunto das classes trabalhadoras. O sindicalismo verticalizado e burocratizado é um sério obstáculo para a incorporação destas novas camadas de assalariados em expansão na sociedade capitalista atual.

Sem dúvida, a tarefa de organizar estes setores será bastante árdua pela própria relação fluida que estes trabalhadores mantêm com o seu emprego (não possuem a mesma afinidade com uma profissão que tinham os operários qualificados e estabilizados) e pela falta de uma homogeneidade de condições de trabalho, de remuneração, e mesmo de afini-

dades culturais comuns aos operários tradicionais na Europa de décadas passadas.

Conceito ampliado de classe operária reforça seu papel na superação do capitalismo

E por fim, se existe uma redução da classe operária tradicional, existe também uma expansão do assalariamento nas sociedades modernas. Todos os dados apresentados não apontam para a extinção dos trabalhadores em geral, e nem ao menos da classe operária em particular. Especialmente se tivermos uma concepção ampliada do conceito de classe operária.

Mesmo com a expansão dos setores de serviços, já apontada anteriormente, não há razões para definir a sociedade atual como sociedade pós-industrial ou sociedade de serviços. Como brilhantemente apontou Kurz no seu livro **O Colapso da Modernização**, os setores de serviço não são “setores com acumulação de capital autônomos... O setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade dos industriais correspondentes de realizar mais valia nos mercados mundiais. Somente quando esta capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais (relativos a pessoas) poderão sobreviver e expandir-se”. [24] A sociedade de serviços moderna só pode se constituir assentada sobre uma sólida sociedade industrial.

Marta Harnecker, já na década de 60, embasada numa leitura possível da obra de Marx, apontava para a necessidade de se adotar uma concepção ampliada da classe operária. Para ela, a mesma distinção existente entre as diversas frações da classe burguesa (burguesias industrial, comercial e financeira) deveria ser estendida ao proletariado. O operário fabril, o que produz diretamente a mais-valia, seria uma das frações do proletariado, a principal, que teria o papel dirigente no processo de transformação da

sociedade capitalista em socialista. Mas não seria a única e nem necessariamente a mais numerosa.

E conclui: “da mesma maneira como existe uma burguesia “não-produtiva”, isto é, não ligada diretamente a produção da mais-valia - a burguesia comercial e financeira -, existiria um proletariado “não-produtivo” (de mais-valia) correspondente a cada fração desta burguesia. [25]

O próprio Marx, em **O Capital**, havia afirmado: “De um ponto de vista, este obreiro comercial é um obreiro assalariado como qualquer outro. Em primeiro lugar, porque seu trabalho ... não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar, porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, se acha determinado, como nos demais trabalhos obreiros assalariados, pelo custo da produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho.

“Não obstante, entre ele e os operários empregados diretamente pelo capital industrial, tem de mediar, necessariamente, a mesma diferença que entre o capital industrial, o capital comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como mero agente da circulação, não produz valor nem mais valia... razão por que tampouco os obreiros mercantis dedicados por ele às mesmas funções podem criar diretamente mais-valia para ele”. E conclui Marx: “O capitalista aumenta o número destes obreiros (comerciais) quando há mais valor e mais valia que realizar. Mas o aumento deste trabalho é sempre efeito, nunca a causa, do aumento da mais-valia”. [26]

O centro do processo produtivo continuará sendo ainda por muito tempo o grupo de trabalhadores industriais especializados e estabilizados. Embora tendam a ser, pela própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, um núcleo mais restrito. Em volta deste núcleo formam-se camadas de trabalhadores contratados por tempo determinado, terceirizados, em tempo parcial, que também cons-

tituem-se enquanto classe operária e são responsáveis pela reprodução ampliada do capital.

Podemos afirmar que, contraditoriamente, o capitalismo dos fins do século 20 ressuscita formas de extração de mais-valia absoluta sobre uma camada ampla de trabalhadores manuais. O progresso do capitalismo, neste caso, representa um retrocesso na condição operária nos países capitalistas centrais. Um retrocesso jamais imaginado pelos líderes sindicais sociais-democratas em décadas passadas.

O sonho reformista de uma economia capitalista forte, que redistribuísse as suas benesses pelo conjunto da sociedade, parece se desmoronar neste final de século. Em seu lugar, esperamos que possa florescer junto aos trabalhadores um outro sonho. O sonho da construção de uma sociedade para além do capitalismo, uma sociedade verdadeiramente socialista.

NOTAS

- 1- Visser, Jelle. **Syndicalisme et Désyndicalisation**, in *Le Mouvement Social*, número 162, jan/mar. de 1993
- 2- Antunes, R. **Adeus ao Trabalho?**, p. 63
- 3- Mood, Kim. **O Declínio dos Sindicatos**, in *Revista Interação*, n.15, mar/abr. de 95 - Ver Quinzena, número 209
- 4- Rodrigues, Leôncio Martins. **A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo**, in *Folha de São Paulo*, 22 de Março de 1992
- 5- idem
- 6- Gorz, A. **O Futuro da Classe Operária**, in *Voz da Unidade de 01 de Setembro de 1990*. Ver *Quinzena*, número 101, setembro de 1990
- 7- Turner, Harry. **Economia Americana - Tempos difíceis**, in *Correio Internacional*, número 15, dez/1992
- 8- **Por quê o sindicalismo está em Crise no Mundo e no Brasil - Cenários alternativos**, in *Tendência do Trabalho*, agosto de 1992. Ver também *Quinzena* 146, setembro de 92
- 9- Mood, Kim. **O Declínio dos Sindicatos**, in *Interação*, número 15

- 10- Rodrigues, L. Martins. **A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo**, in Folha de São Paulo, 22/03/92
- 11- Allius, John. **Em declínio o Sindicalismo nos EUA**, in O Estado de São Paulo, 22/11/81
- 12- Antunes, R. **Adeus ao Trabalho?**, p. 46
- 13- Mood, Kim. **O declínio...**
- 14- Dressler, Rudolf. Mesa redonda **O futuro da classe operária**, in **Voz da Unidade**, 01/09/90
- 15- Gorz, A. **Por que a Sociedade Salarial tem Necessidade de Novos Serviços**, xerox, traduzido por José Benevides Queirós
- 16- Harvey, David. **A Condição Pós-Moderna**, p.144
- 17- Osawa, Machiko. **Transformação Estrutural e Relações Industriais no Mercado de Trabalho Japonês**, in Hirata, "Sobre o Modelo Japonês", p.165
- 18- Idem, p.171
- 19- Idem, p.165
- 20- Gorz, A. Mesa Redonda **O Futuro da Classe Operária**
- 21- Hobsbawn, Eric. **Mudanças no Proletariado provoca Crise das Esquerdas**, in Folha de São Paulo, s/d
- 22- Harvey, David. **A Condição Pós-Moderna**, p.178/179
- 23- Mandel, Ernest. **Marx, A Crise Atual e o Futuro do Trabalho Humano**, xerox, tradução de José Almeida de Souza Jr.
- 24- Kurz, Robert. **O Colapso da Modernização**, p.209
- 25- Harnecker, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**, p.168 a 170
- 26- Idem, p.169 a 170

* Historiador.
Diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas (SP)

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. Ed. da Unicamp e Cortez, SP, 1995
- Bihr, Alain. **Du "Grand Soir" a "L'Alternative"**. Le Mouvement Ouvrier Européen en Crise, Editions Ovières, Paris, 1991
- Clarke, Simon. **Crise do Fordismo ou Crise da Social Democracia?**, in Lua Nova, número 24, Cedec, SP, 1991
- Freyssinet, Jacques. **Syndicalismes en Europe**, in Le Mouvement Social, 162, março de 1993, Editions Ouvrières
- Gorz, André. **Voz da Unidade**, 01/09/91 (Quinzena, 191, 16/09/90, CPV)
- Gorz, André. **Por que a sociedade salarial tem necessidade de novos serviços**. Xerox, tradução de José Benevides Queirós
- Harvey, David. **A Condição Pós-Moderna**. Ed. Loyola, SP, 1992
- Kurz, Robert. **O Colapso da Modernização**. Ed. Paz e Terra, SP, 1992
- Mandel, Ernest. **Marx, A Crise Atual e o Futuro do Trabalho Humano**. Xerox, tradução de José Almeida de Souza Jr.
- Mood, Kim. **O Declínio dos Sindicatos**, in Revista Interação, 15, mar/abr. de 1995 (Quinzena, 209, 15/06/95, CPV)
- Harnecker, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**, Ed. Global, SP, 1981
- Rodrigues, Leôncio Martins. **A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo**, in Folha de São Paulo, 22/03/93
- Visser, Jelle. **Syndicalisme et Désyndicalisation**, in Le Mouvement Social, Editions Ouvrières, número 162, jan/mar. de 1993

Limites do programa de garantia de renda mínima

Carlos Alberto de Matos *

A idéia de um programa de garantia de renda mínima, apresentada inicialmente pelo senador Eduardo Suplicy e incorporada à agenda de várias prefeituras, tem encontrado apoio e crítica em vários fóruns sindicais. No artigo abaixo, o autor polemiza com tal proposta, analisa os seus vários enfoques e aponta também suas principais limitações no interior de uma sociedade de classes.

A noção de renda mínima pode ser interpretada das mais variadas maneiras. A defesa ou a oposição a um programa que, em princípio, garante, através do Estado, um determinado patamar de renda aos indivíduos assume diversas posições. Os defensores e opositores a programas como este estão em quase todos espectros político-ideológicos. Ou seja, quer sob o velho prisma que realça as forças políticas posicionando-as num raio que vai da chamada “direita” até à “esquerda”, quer entre marxistas e liberais, ou mesmo no embate dicotômico entre as teses da “liberdade” e as da “igualdade”, o programa de renda mínima encontra aceitação e oposição, independentemente, do “enquadramento” político ou ideológico.

Milton Friedman, por exemplo, acredita que ao invés do Estado interferir no mercado

ou criar programas de proteção social, ele deveria garantir aos excluídos uma renda mínima, através de um mecanismo de imposto negativo, para que estes a usassem de acordo com o livre arbítrio de cada um. Assim sendo, ao invés de o Estado investir, por exemplo, em programas de habitação, este deveria garantir um patamar de renda mínima aos necessitados, os quais se incumbiriam de gastar como bem lhes conviesse. Isso, além de desobrigar o Estado de gastos com programas sociais, não feriria a liberdade dos indivíduos perante o mercado.

Outros, como o senador Eduardo Suplicy, acreditam que o programa de renda mínima, além de garantir um padrão básico de sobrevivência àqueles que por um motivo ou outro encontram-se excluídos do mercado, representa um importante elemento de de-

desenvolvimento econômico. De posse de uma renda mínima, o indivíduo procuraria satisfazer suas necessidades através do mercado que, por sua própria dinâmica, garantiria a oferta de produtos a essa nova demanda criada.

A oferta de tais produtos exigiria incrementos na produção e conseqüentemente novos postos de trabalho. Paulatinamente estariam incluídos nos mercados de consumo e de trabalho um grande número (senão todos) aqueles que há pouco encontravam-se excluídos. Teria, pois, o programa de renda mínima cumprido um papel social, além de ter sido fator importante no processo de desenvolvimento econômico.

Em outras situações, como diante das inovações tecnológicas e da reconhecida diminuição proporcional dos postos de trabalho em função do aumento da produtividade, autores como André Gorz sugerem que o consumo deixaria de se dar em função das leis de mercado que conhecemos e passaria a ser uma necessidade, de alguma forma, garantida. O aumento do número de excluídos, com a diminuição relativa dos postos de trabalho, levaria a uma situação limite onde não haveria quem consumisse aquilo que é produzido. Assim, o consumo poderia encontrar em programas de renda mínima uma forma de ser garantido, além de “salvar” os indivíduos da exclusão.

A proposta se insere numa sociedade dividida entre o capital e o trabalho

Por outro lado, encontramos interpretações que colocam a renda mínima enquanto algo relacionado aos preceitos da cidadania, entendendo às vezes que o mínimo pode e/ou deve ser o máximo possível. Importante destacar que, diferente da maioria das análises sobre a renda mínima, esta não a relaciona com o trabalho ou com a assim chamada sociedade do trabalho. Tal análise traz consigo a noção de que a renda mínima pode e/ou deve ser entendida enquanto um direito positivo do cidadão.

Todavia, ao se tratar de programas como o da renda mínima, não se pode deixar de enxergar sob o prisma de que na realidade tais programas não passam de uma relação entre o Estado e a sociedade (esta última sendo, fundamentalmente, o capital e o trabalho). É sob tal prisma que pretendo discutir, uma vez que é nesta relação que a sociedade atual encontra seus problemas, sendo a renda mínima um dos aspectos dos dilemas.

Não se trata aqui, pois, de pensar e discutir a renda mínima enquanto uma forma de afastar o Estado do mercado e dos gastos com programas sociais, como quer Friedman; ou de alavancar o processo de desenvolvimento econômico com um mercado gradativamente inclusivo, como pensa Suplicy; ou de garantir o consumo, como acredita Gorz; ou ainda de interpretá-la nos marcos da cidadania e dos direitos positivos.

O que se procura no presente texto é tratar a renda mínima tomando-se como base os fatores que levam o Estado, em determinados momentos históricos, a distribuir dinheiro a indivíduos socialmente excluídos. Nesse sentido, podemos pensar a renda mínima enquanto algo que faz ou pode fazer (e mesmo deixar de fazer) parte da agenda estatal dependendo para tanto não somente do contexto. Desprezo as interpretações anteriormente apontadas neste texto pelos motivos que passo a expor.

É difícil enxergar o Estado pensado por Friedman. Mais difícil ainda é enxergar o Estado fora do mercado e dos programas sociais. A história demonstra que, muito embora em proporções e níveis diversos, o Estado Moderno sempre se fez necessário tanto para a acumulação capitalista quanto para garantir algum tipo de proteção de natureza social.

Em alguns momentos, como na crise desencadeada a partir de 1929, o Estado intervém, de maneira forte e contundente, em todos os planos da vida social no sentido de salvar (entre outros, digamos apenas para citar) o próprio mercado. Em outros, como na Inglaterra da “Lei dos Pobres”, o Estado



Douglas Mansur

tem de salvar a sociedade do colapso do capitalismo selvagem. Ainda em outros, como no período que vai da chamada “Era Vargas” até o regime militar no Brasil, o Estado intervém no sentido de garantir o desenvolvimento econômico, investindo em infraestrutura e em outros tantos setores produtivos, o que, de acordo com os liberais, ao que se sabe, caberia ao mercado. Nem mesmo em conjunturas como a da Inglaterra de Margareth Thatcher, a “Dama de Ferro” do neoliberalismo, foi possível ao Estado se retirar do mercado ou dos programas de proteção social da maneira que pretende Friedman.

Nesse sentido, o feitiço vira contra o feiticeiro, pois não sendo possível até hoje o Estado pensado por Friedman, o programa de renda mínima se constituiria em mais um, entre tantos outros, programa social estatal. Se a intenção era afastar o Estado do mercado e dos programas de proteção social, o resultado foi aumentar o seu tamanho e aproximá-lo ainda mais do conjunto da sociedade.

Tal programa não garante desenvolvimento econômico e nem inclusão social

Sob outro aspecto, qualquer programa de renda mínima por si só não garante o

desenvolvimento econômico e a inclusão social, como acreditam, entre outros, o senador Suplicy. Se se acreditar na relação automática entre o programa de renda mínima, o desenvolvimento econômico e a inclusão social, empobrece-se a análise restringindo-a a um economicismo que não leva em consideração a complexidade social e seus aspectos políticos, ideológicos, culturais, etc.

Não se pode acreditar nessa linearidade (renda mínima-desenvolvimento econômico-inclusão social) em qualquer de suas combinações. Ou seja, não se pode acreditar que renda mínima seja sinônimo de desenvolvimento econômico, nem que este propicia necessariamente inclusão social. O que permeia e faz funcionar a sociedade está longe de ser uma fórmula econômica linear.

Imaginamos que os países que eventualmente adotassem o programa de renda mínima com esse objetivo seriam aqueles que nem conseguiram alavancar o seu processo de desenvolvimento econômico de maneira estável e/ou nem conseguiram minimamente sanear a desigualdade social. Entendemos que o fato de encontrarmos grandes disparidades sociais em alguns países têm vinculação direta com o modelo de desenvolvimento, por diversos motivos, adotado e dos resultados dos embates entre capital e traba-

lho pela apropriação daquilo que é socialmente produzido.

A forma como a renda está distribuída, ou melhor, a distribuição da renda, constitui nada mais do que os resultados de tais embates, dependendo tão somente da força de seus atores sociais. Assim sendo, a garantia de uma renda mínima aos indivíduos é uma forma de reconhecer que o modelo de desenvolvimento adotado ou foi ineficaz no sentido de haver estabilidade econômica ou propiciou níveis de concentração de renda que nenhum programa de renda mínima conseguirá reverter, pois trata-se da situação conjuntural da histórica luta entre capital e trabalho. Sem se transformar, pois, o modelo de desenvolvimento econômico adotado e inalterada a correlação de forças daqueles que lutam pela apropriação do produto social, qualquer programa de renda mínima que tenha por objetivos aqueles apontados por Suplicy será ineficaz.

Pensar a renda mínima enquanto uma garantia de consumo, como sugere André Gorz, do mesmo modo não nos proporciona respostas ao próprio objetivo com base no qual é sugerida, pois não leva em consideração alguns elementos básicos das leis de mercado atuais. Entendendo que, de uma forma ou de outra, quem garantiria a renda mínima aos indivíduos seria o Estado, estaríamos admitindo que pelo menos parte (se pensarmos a partir do problema que pretende o autor ver resolvido através da garantia da renda mínima, uma imensa parte) do consumo foi estatizado, o que por si só afigura-se estranho ou mesmo inviável a um sistema de mercado.

Ainda nesse sentido, pensar a renda mínima enquanto uma garantia de consumo é acreditar que o próprio mercado de consumo, por si só, tem limites. É possível imaginar que, de acordo com suas próprias regras, exista um limite ao mercado de consumo numa economia globalizada como a que vivemos? Todos aqueles que acreditam que o mundo se desenvolve de maneira desigual e combinada responderiam de imediato que não. Àqueles que não acreditam nisso cabe refletir sobre o assunto.

Globalização da economia e reestruturação produtiva realçam limite da proposta

Se admitimos, por um lado, que as inovações tecnológicas contribuem para a diminuição proporcional dos postos de trabalho, somos forçados a enxergar, por outro, que o capital ganha acentuada autonomia em relação aos Estados nacionais. Isso quer dizer que somente é possível imaginar uma crise de consumo, a ponto deste ter de ser garantido, se tal crise for de nível mundial, pois ainda encontra-se em tal nível o limite para o consumo numa sociedade de economia globalizada. Ademais, enquanto diagnóstico, é ingênuo pensar que algo parecido com um programa de garantia do consumo se dê sem ser precedido de graves crises e conflitos, cujos parâmetros de transformação social vão muito além da discussão acerca da renda mínima.

Então, sendo assim, afigura-se como mera especulação acreditar que diante de uma crise de consumo de proporções mundiais os programas de renda mínima constituiriam uma solução possível. Mesmo porque em crises como estas o futuro ou as possibilidades de desfecho se tornam incertos e dependentes de uma série de elementos, como a configuração das forças político-ideológicas e as mais variadas culturas existentes. Ainda que se considere melhor entregar os anéis que perder os dedos, é difícil imaginar uma empresa que concorde em entregar uma parte maior do seu lucro em nome do consumo daquilo que, no limite, ela própria produz, enquanto que em outra parte do mundo os seus produtos podem estar livres dessa "sobretaxa".

A menos que a crise no consumo atinja níveis muito elevados em todo o mundo, a ponto de ser exigido do capital o custeio de programas como este em toda parte do planeta. Enquanto houver uma única ilha onde o capital possa vender os seus produtos, é lógico que ele não aceite tais regras, pois não existe capital que esteja preocupado com o ser humano.

Para além da discussão da renda mínima vinculada, de uma maneira ou de outra, à produção social ou à chamada “sociedade do trabalho”, é no mínimo perigosa a interpretação que coloca a renda mínima ou a garantia de um padrão mínimo de subsistência enquanto algo a ser assimilado socialmente como um direito positivo do cidadão, ainda que o mínimo deva ser o máximo possível.

Sob um aspecto, podemos argumentar que o mínimo necessário à subsistência de qualquer cidadão é pré-suposto desta condição, não sendo, pois, o caso de garanti-la em nome desta mesma condição. Para que um indivíduo atinja a condição de cidadão, o seu consumo básico tem de estar garantido não pelo Estado, pois caso contrário tal indivíduo não seria um cidadão e sim mero dependente deste Estado.

Por outro lado, se pensássemos, por exemplo, num mínimo que seja o máximo possível, vinculando-se a renda mínima à cidadania, correríamos o risco de colocar a cidadania enquanto o direito de consumir. Se isso ocorresse, a renda mínima passaria a ser um instrumento de “fetiche”, não de cidadania, onde os “shoppings centers” afigurariam-se enquanto o supra-sumo da cidadania.

O consumo, ainda que somente o necessário à subsistência, garantido pelo Estado de maneira positiva em relação aos direitos do cidadão, restringe tanto a noção de cidadania quanto a da discussão sobre a renda mínima. Se por um lado esta reside em outro patamar (como demonstrado adiante), por outro, aquela tem contornos hoje que, além dos direitos civis, políticos e sociais, atingem esferas como a ecologia e os direitos das chamadas minorias políticas.

Renda mínima serve como recurso do Estado para salvar o capitalismo

Por tais elementos, percebemos que na realidade a renda mínima se constitui enquanto um instrumento do Estado Capitalista, da forma que assim o define Clauss Ofee

em seu livro **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. A existência ou não de um determinado programa de renda mínima está ligado aos fatores que levam à constituição da agenda estatal. Considerando assim a renda mínima (um programa que pode ou não ser incluído na agenda estatal), a discussão passa para o nível dos elementos que levam o Estado a incluir ou excluir determinados programas em sua agenda.

A inclusão ou exclusão nesse caso não dependem, ou pelo menos nunca dependeram, dos argumentos expostos nas interpretações inicialmente apresentadas acerca da renda mínima, mesmo porque esta, enquanto um ponto da agenda estatal, necessariamente estará (se estiver) incluída da mesma forma que inúmeros outros programas, perdendo, assim, o caráter de solução global aos problemas apresentados pela maioria das análises correntes.

O Estado capitalista, na configuração de Ofee, investe contra qualquer forma de possibilidade de desestruturação do capitalismo enquanto sistema. Nesse sentido, se for necessário, ele se opõe à propriedade privada do latifundiário com o objetivo de realizar uma reforma agrária (em princípio parece paradoxal o Estado capitalista investir contra a livre utilização da propriedade privada), da mesma forma que se oporia a uma guerrilha organizada com o objetivo de acabar com o capitalismo.

Logo o Estado capitalista, com os seus próprios mecanismos, pode criar, se for preciso e viável, maneiras de incluir em sua agenda programas de renda mínima caso o capitalismo, enquanto sistema, estiver ameaçado e a adoção de um programa de renda mínima se afigure enquanto solução ou mesmo possibilidade de solução.

Desta maneira, a relação entre o Estado e a sociedade (esta sob o prisma do conflito capital x trabalho) é permeada por uma gama imensa de elementos que extrapolam em muito a discussão sobre a renda mínima sendo esta, caso adotada, apenas um dos programas da agenda estatal em nome da

manutenção ou do saneamento mínimo necessário do capitalismo.

Pensar que ao interpretar a renda mínima como um instrumento do Estado Capitalista é assumir anacronicamente que o Estado é o comitê central da burguesia é o mesmo que não refletir sobre os dias atuais, onde a autonomia que o capital ganhou perante ao Estado nacional nos mostra que aquele só dependeu (às vezes) totalmente deste em determinado período histórico e que agora já não depende mais.

**Viabilidade da proposta
esbarra nas dificuldades
atuais do Estado provedor**

Desta forma podemos perceber que a discussão sobre a renda mínima, numa ordem globalizada, traz consigo relações entre o Estado e um capital que não precisa mais - como antes - de comitês centrais, pois circula pelo mundo em redes de computadores, e também entre o Estado e o trabalho que vê gradativamente aumentada sua dependência em relação a este mesmo Estado, uma vez que ainda não se globalizou como o capital e por isso não tem conseguido lhe fazer frente.

Podemos perceber que programas como o da renda mínima não passam de instrumentos que tem a sua disposição o Estado Capitalista, os quais, todavia, estão longe de solucionar os desafios que se afiguram ao mundo como querem fazer crer as interpretações rapidamente apresentadas no início deste texto. Os problemas, e suas eventuais soluções, com os quais nos deparamos hoje encontram-se nas relações apontadas no parágrafo anterior.

O que nos importa saber hoje é a quantas andam o Estado - que há pouco aparecia como solução para todos os males ; o capital - que a cada dia se autonomiza ; e o trabalho - que se vê acuado, por um lado, pela autonomia relativa e crescente que tem o capital em relação a espaços físicos e, por outro, pela derrocada paulatina do Estado provedor.

Francisco de Oliveira, em seu artigo **O Surgimento do Antivalor**, aponta elementos que nos fazem perceber uma linha de deslocamento dos conflitos pela apropriação do socialmente produzido. A noção de renda mínima pode e deve aqui ser entendida como uma forma de salário indireto, que constitui, em verdade, uma maneira de amenizar os conflitos acima apontados. Entretanto, em tal artigo não se contempla a contento os contornos desse debate a partir de uma economia globalizada.

O que assistimos hoje são Estados nacionais apelando ao capital com pedidos de investimentos e ofertas de subsídios fiscais em nome de amenizar crises criadas pela própria dinâmica do mercado mundializado. Desta vez, o Estado capitalista, já meio combatido pela falta de recursos, tenta salvar o capitalismo enquanto um sistema nacional, enquanto que vivemos as delícias da globalização.

Assim, a discussão acerca da renda mínima, ou qualquer outro programa de salários indiretos, deve estar inserida no contexto presente, onde o Estado-Nação não é mais o comitê central da burguesia, pois esta gradativamente se livra deste Estado, que com todos os seus programas (mesmo os de renda mínima), todas as suas intervenções no mercado, foi fundamental para que o capital chegasse onde chegou. Agora os conflitos tomam outras proporções e dificilmente serão resolvidos a partir do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- Gorz, A. **Los Caminhos Del Paraiso**, Editora Laia/ Barcelona, 1983
- Friedman, M. **Capitalismo e liberdade**. 1962
- Ianni, O. **Teorias da Globalização**. 1995
- Offe, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. 1984
- Oliveira, F. **O surgimento do antivalor**. 1988
- Suplicy, E. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Senado Federal, 1992

* Mestrando em sociologia na Unicamp, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal e Militar Federal no Estado de São Paulo (Sinjusfer) e coordenador executivo da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores no Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe)

Por que a Lei de Patentes afeta os trabalhadores

Sueli Scutti *

Em abril de 91, o então presidente Fernando Collor enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que altera profundamente o Código de Propriedade Industrial (Lei 5.772/71 sobre marcas e patentes) em vigor no Brasil. Aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 93, o projeto desde então tramita no Senado Federal. Sua aprovação significa aumento dos preços de medicamentos e alimentos, desindustrialização, mais desemprego, afronta à soberania do país e maior dependência tecnológica.

“A patente pode ser entendida como um contrato entre a sociedade e o indivíduo ou a empresa que inventou um produto ou um processo de fabricação original e útil. O Estado concede ao indivíduo ou à empresa o monopólio de produção e comercialização por um período de tempo determinado, em troca da divulgação do invento e do compromisso de sua produção industrial imediata. Se essas obrigações não são cumpridas, a patente pode caducar ou ser licenciada compulsoriamente pelo Estado para outra empresa interessada na sua utilização”. (trecho do **Dossiê das Patentes**, publicado pelo Fórum Pela Liberdade do Uso do Conhecimento em junho de 1992).

Os acordos internacionais em vigor determinam que qualquer país tem o direito de

excluir da proteção patentária setores econômicos importantes para a defesa do país ou para as condições de vida e saúde da população. O privilégio da patente não é absoluto, pelo contrário. Ele é cercado de restrições e salvaguardas, como o direito de governos suspenderem o privilégio se ele for danoso à economia do país. Há também a licença compulsória pela qual uma nação pode transferir a terceiros o direito de uso da inovação patenteada se seu detentor dela não fizer uso em determinado período de tempo. As marcas são nomes ou sinais que distinguem um produto ou uma empresa, importantes para a concorrência comercial ou para a orientação dos consumidores.

A idéia de reformular o Código de Propriedade Industrial partiu dos Estados Uni-

dos, sede da maioria das indústrias multinacionais de medicamentos, e foi imediatamente acatada pelo governo brasileiro, de Collor a Fernando Henrique Cardoso. Este, aliás, é fervoroso defensor do projeto em andamento no Senado, na verdade um substitutivo do senador Fernando Bezerra, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Em resumo, a nova lei prevê que o Brasil vai conceder patentes para produtos e processos químicos, farmacêuticos, alimentícios e biotecnológicos; aumenta o prazo de validade das patentes dos atuais 15 anos para 20 anos; não obriga o detentor da patente a fabricar, no Brasil, o produto patenteado se ele concluir que a produção local é economicamente inviável; introduz o chamado "pipeline" (patente retroativa), uma forma abusiva de reconhecer patente de produto já patenteado em outro país; patenteia seres vivos e microorganismos (células humanas, vegetais ou animais modificadas por engenharia genética); institui o monopólio do conhecimento e da produção industrial; e fixa prazo de apenas um ano para que o Brasil se adapte à nova legislação, confrontando os acordos multilaterais feitos no âmbito da Rodada Uruguaí do Gatt (atualmente Organização Mundial do Comércio), ratificados pelo Brasil no começo deste ano, que determinam dez anos de transição.

O que o governo deseja, a mando dos EUA, é favorecer os monopólios estrangeiros

A Lei de Patentes que o governo brasileiro quer, a mando dos EUA, cria monopólios intelectuais e industriais. O objetivo de uma patente é conceder privilégio para a ocupação de um mercado. "Quem obtém mais patentes são empresas e nações que mais pesquisam. Quem mais pesquisa é quem já é rico e controla maiores parcelas de mercados. Consequentemente, por natureza, a legislação patentária amplifica as diferen-

ças existentes entre grandes e pequenas empresas (...) Uma legislação patentária consolida o *status quo*, para dizer o menos", argumenta o professor Rogério Cerqueira Leite.

O conhecimento é patrimônio da humanidade e deve se traduzir em ciência e tecnologia a ser aplicadas em benefício social. Exatamente o oposto da filosofia das grandes corporações transnacionais da área de medicamentos, por exemplo. Todos sabem que no Brasil, na América Latina, há patologias que só aqui se desenvolvem, como a doença de Chagas. Se as multinacionais farmacêuticas concluírem que este é um mercado pequeno para sua ambição de lucros e não quiserem mais fabricar produtos para a cura dessa doença, o povo latino-americano vai ficar nas mãos dessas corporações no caso de elas deterem a patente do produto que trata a doença de Chagas. "As multinacionais não farão pesquisas para segmentos restritos", explica Dante Alário Júnior, presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac).

Com o monopólio das patentes, os cartéis cobram o preço que bem entendem, já que não há concorrência (veja quadro comparativo de preços atuais de produtos das indústrias estrangeiras e dos similares nacionais), agravando o precário acesso popular a medicamentos essenciais. A nova lei não obriga a indústria detentora a fabricar no Brasil os produtos patenteados, deixando-as livres para importar produtos prontos para venda, o que transforma o país num entreposto comercial, sem desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, e sem empregos.

No Peru, país que adotou lei de patentes sem obrigatoriedade de produção local, as nove maiores indústrias farmacêuticas estrangeiras (Merck/alemã, Merck Sharp Dhome, Pfizer, Bayer, Wyeth, Carlo Erba, Sandoz, Roche e Sidney Ross) fecharam suas fábricas. Hoje só importam medicamentos, a exemplo de outras quatro (Shering, Ely Lilly, Up John e Grunenthal) que fabricavam em parceria com empresas peruanas. No Chile ocorreu o mesmo, com o fechamento da plan-

ta industrial dos cinco maiores laboratórios multinacionais.

O Brasil já está vivendo situação semelhante desde 1990, antes mesmo de se propor a Lei de Patentes. Várias grandes empresas fecharam suas unidades de produção de matéria-prima e passaram a importar não só a matéria-prima farmacêutica, como inúmeros produtos já acabados (veja quadro). Por mais absurdo que pareça, hoje o Brasil importa a tetraciclina (essencial no combate ao cólera) e a oxamniquina (para tratamento da esquistossomose, que atinge milhões de pessoas), da qual até 1992 era exportador. Com isso o parque fabril fica deteriorado, acarretando desindustrialização, desemprego e aumento de preços.

Quem obtém mais patentes são empresas e nações ricas que já controlam o mercado

Na área biotecnológica, a Lei de Patentes concede às multinacionais exclusividade de uso de plantas transgênicas (modificadas em laboratórios), obtidas em solo brasileiro. Isso significa que o Brasil ficará dependente tecnologicamente também no setor agrícola. “Eles mudam o gene de qualquer coisa e passam a ser proprietários de tudo”, disse o general Andrada Serpa.

As multinacionais alegam que sem patentes não há investimentos no país. A verdade é outra: com patentes há desinvestimento, já que os recursos são empregados na matriz, onde são feitas as pesquisas dos experimentos e produtos. O país sede da filial passa a ser mero distribuidor comercial, sem nenhuma contribuição científica, tecnológica e industrial à nação que a abriga. “Quando se fala em medicamentos e seus insumos, não se fala em toneladas, mas em miligramas e até microgramas. E essas quantidades podem ser produzidas na matriz. As empresas multinacionais não precisam ter unidades produtivas em cada país onde se instalam. A partir daí ocorre a desindustrialização”, protesta o presidente da Alanac.

Em 1991, o economista argentino Pablo Challú coordenou um estudo sobre as repercussões que uma lei de patentes monopolista importaria à Argentina. Veja algumas conclusões: aumento de preços para o universo de produtos farmacêuticos patenteados em torno de 273%; diminuição do consumo de medicamentos em 45%; transferência de divisas para o exterior de cerca de 309 milhões de dólares. Challú também fez levantamento sobre o resultado do monopólio patentário no setor de medicamentos na Itália, a partir de 1978. Antes do patenteamento, as drogas com patente nos Estados Unidos eram vendidas na Itália a um preço médio 54% inferior

Quadro 1 — Comparativo de preços de medicamentos - originais e similares

<i>Originais</i>			<i>Similares</i>			
Produto/Apresentação	Fabricante	Preço máx. Consumid. R\$	Produto/Apresentação	Fabricante	Preço máx. Consumid. R\$	% Dif. Similar/Original
Cefamox 500 mg 8 cápsulas	Bristol-My, Squibb	19,04	Drocef 500mg 8 cápsulas	Eurofarma	15,85	(16,8)
Antak 300mg 8 comprim.	Glaxo	11,77	Logat 300mg 8 comprim.	Libbs	8,40	(28,6)
Tagamet 200mg 40 comprim.	Smith K. Beecham	17,64	Ulcimet 200mg 40 comprim.	Farmasa	9,68	(45,1)
Losec 20mg 7 comprim.	Merrel Lepetit	31,85	Peprazol 20mg 7 cápsulas	Libbs	19,47	(38,9)
Prepulsid 5mg 30 comprim.	Janssen	10,94	Pangest 5mg 30 comprim.	Farmasa	8,50	(22,3)

Obs.: Preço convertido para apresentação do produto original - Fonte: Brasíndice - jul./95

ao americano. Depois de patenteadas e monopolizadas, nos dois países, os preços médios italianos eram 67% superiores ao americano.

* Jornalista, assessora de comunicação do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo

Cerqueira Leite lembra que das 3,5 milhões de patentes em vigência no mundo até meados da década passada, apenas 200 mil eram registradas em países do Hemisfério Sul e, destas, somente 6% beneficiavam indivíduos ou empresas locais. Ou seja, apenas

0,3% das patentes beneficiam os países em desenvolvimento, apesar de estes conterem uma população seis vezes maior que os desenvolvidos. Para exemplificar a desigualdade de condições entre países ricos e pobres e empresas grandes e pequenas, o professor diz que “seria o mesmo que justificar uma luta entre Mike Tyson e Betinho dizendo que as regras do boxe são as mesmas para os dois.”

Indústrias farmacêuticas multinacionais e matérias-primas que passaram a importar para seus produtos, no Brasil, desde 1990

Empresa/Matéria-prima	Produto
• JOHNSON & JOHNSON	
Cetoconazol	— Nizoral/Cetonax
Cinarizina	— Stugeron
Loperamida	— Imosec
Miconazol	— Daktarin
• BRISTOL-MEYERS SQUIBB	
Amoxilina	— Hiconcil
Tetraciclina	— Tetrex
Nistatina	— Micostatin
• MERREL-LEPETIT	
Rifampicina	— Rifamicina
Metoclopramida	— Plasil
• PFIZER	
Clorpropamida	— Diabinese
Doxiciclina	— Vibramicina
Piroxican	— Feldene
Tetraciclina	— Terramicina
Oxamniquina	— Mansil
• WYETH	
Ampicilina sódica	— Amplacilina
Penicilina Benzatina	— Benzetacil
Penicilina Potássica/Procaína	— Wycillin

Fonte: Alanac

ESPECIAL

Os quilombos e a luta de classes no Brasil

Clóvis Moura *

Na Europa, os operários tinham relações contratuais com os exploradores. No Brasil, durante o sistema colonial, os trabalhadores eram considerados simples coisas - na qualidade de escravos, eram tidos como mercadorias que podiam ser vendidas. Por isso, os trabalhadores escravizados só podiam impor seus direitos confiscados através de fugas, insurreições ou outras formas de rebeldia. Palmares foi a maior delas.

A luta de classes no Brasil teve seu eixo de dinamismo, até 1888, centrado nas lutas dos escravos (inicialmente índios, posteriormente negros) contra o estatuto da escravidão. Lutas que não se caracterizaram pelos modelos clássicos da luta de classes que se travava na Europa, mas nem por isto deixavam de refletir o antagonismo fundamental entre exploradores e explorados.

Isto porque, com o aparecimento do sistema colonial, a formação das classes sociais se processou no seu contexto de forma diferente da assumida nos países europeus. Uma delas era o componente racial que se apresentava no centro de sua dinâmica. As classes sociais que se formaram nas áreas de exploração do sistema colonial eram compostas não de antigos artesãos, artífices e populações camponesas que se deslocaram dos campos para os burgos (cidades), etnicamente homogêneas, as quais se engajaram no processo de desenvolvimento da revolução industrial. Mas sim de populações etnicamente

diversificadas, subjugadas de forma violenta e incorporadas ao sistema colonial na qualidade de escravos ou servos. Basicamente, na qualidade de escravos.

Por outro lado, os índios e posteriormente os negros sequestrados na África em mais de 10 milhões (estimativa muito por baixo) eram redistribuídos na área que se chamou Afro-América: Caribe - Antilhas e Guianas - Brasil, porções relativamente reduzidas na América Espanhola continental - Costa do Peru, partes do que hoje é Venezuela e Colômbia, etc - e Sul dos Estados Unidos. Eram estigmatizados, através de argumentos bíblicos ou "científicos" como inferiores congenitamente por serem negros, fato que justificaria a sua escravidão.

Esta diferenciação étnica, agregada a um julgamento de valor feito pelo colonizador, inferiorizando as raças dominadas, teve como consequência uma série de particularidades quer internamente, no próprio seio das populações escravizadas, quer externamente

no comportamento do colonizador em relação a essas populações.

Enquanto na Europa os operários tinham relações contratuais com os exploradores, regulamentando a venda de força de trabalho, na área do sistema colonial havia um tipo de relação nas quais os trabalhadores eram considerados simples coisas, na qualidade de escravos, circulando eles próprios como mercadorias que podiam ser vendidas da mesma forma como era vendido um saco de açúcar ou cacau por ele produzido. Não havia relações contratuais, mas a posse absoluta do senhor sobre o escravo, que podia usar a máquina de trabalho humano sem nenhuma norma que o regulamentasse. Isto sequer era cogitado na sociedade colonial.

Enquanto na Europa os operários lutavam por melhores condições de vida, por aumento de salário e menor jornada de trabalho, os trabalhadores (escravos) que participavam da luta de classes agiam para readquirirem a sua própria condição de Homem que lhe fora confiscada pelos aparelhos escravizadores. Não havia portanto nenhum mecanismo mediador entre os senhores e os escravos. Eles tinham de partir de uma situação muito mais difícil e radical, porque não lhes restavam alternativas sociais nesse conflito.

1848: luta pelo socialismo na Europa. No Brasil, luta contra a escravidão

Por isto mesmo, os escravos só tinham um caminho como saída para impor os seus direitos confiscados: a negação do trabalho, quer através das fugas, quer através das insurreições ou outras formas de manifestação de protesto. Em outras palavras, não havendo nenhum mecanismo contratual entre o senhor e o escravo, ele só tinha um meio de se auto-afirmar como agente social dinâmico e coletivo: a violência. Apesar das dificuldades que este tipo de luta apresentava, os escravos lutaram contra o sistema do escravismo colonial onde quer que ele se manifestasse. No

Brasil, eles não fugiram a regra e tiveram que enfrentar os mesmos problemas dos outros incorporados ao sistema colonial.

Para se ter uma idéia das distâncias sociais entre a situação dos escravos no Brasil e dos operários na Europa, em 1848 circulou o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Nele o sistema capitalista já era analisado através de uma postura de crítica radical, onde se previa a sua substituição pelo socialismo. Já no Brasil, ainda se discutia no Parlamento a extinção (ou não) do tráfico negreiro com a África, medida que só foi aprovada em 1850, dois anos depois da publicação do Manifesto.

Por outro lado, enquanto o proletariado europeu (francês) já instalara pela primeira vez um Estado operário, a Comuna de Paris, chamada por Engels da primeira experiência da ditadura do proletariado (1871), no Brasil o mesmo Parlamento discutia a chamada Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos da mulher escrava.

Tudo isso vem demonstrar o atraso imenso em que estávamos submersos em consequência das relações de produção escravistas aqui vigentes. E a abolição somente se daria faltando um ano para se comemorar na Europa o centenário da Revolução Francesa. Até então, o trabalho no Brasil era fundamentalmente escravo, com todas as instituições do Estado em pleno funcionamento para mantê-lo através de medidas jurídicas ou de repressão. Fomos o último país do mundo a abolir o trabalho escravo e o país que, juntamente com os Estados Unidos, fez a independência mas conservou a escravidão.

É neste contexto específico, com diferenças qualitativas em relação ao nível de exploração entre os trabalhadores livres e os escravos, que se pode entender o quilombo como autêntica luta de classes. Não foi porque o escravismo fosse desumano e espoliador, mas porque era um sistema alienador, que nivelava o trabalhador aos animais, querendo desumanizar a própria essência do ser humano.

E por isso a quilombagem é uma constante na história social do Brasil escravista,

que abarca todo o período colonial, todo o primeiro reinado de Dom Pedro I e vai até o último ano de Dom Pedro II que terminará em 1889. São quase quatrocentos anos de trabalho escravo, com os quilombolas lutando de forma radical contra o regime.

Os chamados tapanhuanos (negros), aproveitando as facilidades oferecidas pelas bandeiras, já fugiam para o mato. Em 1723, Manuel da Costa pediu a Bartolomeu Pais que levasse às minas de Caxipó mercadorias e escravos pertencentes a um rico comerciante português. O bandeirante aceitou a incumbência e perdeu muito tempo nos campos de Vacaria, tentando capturar dois negros fugidos. Ocasionalmente os escravos juntavam-se aos índios para praticarem desordens e correrias, como a que resultou na destruição da força, símbolo máximo da repressão colonial. Muitas vezes as autoridades verberavam contra essas atividades dos “negros da terra e de Guiné”, que repetidamente destruíram aquele instrumento de morte.

Quilombos foram um fenômeno nacional. Existiram em todos os tempos e lugares

Antes disto, porém, os negros já se aquilombavam. Temos notícias de um por volta de 1573, dando trabalho às autoridades coloniais, destruído no governo de Luis Brito de Almeida. E os ajuntamentos de negros, a partir daí, percorrem toda a extensão do território nacional e todo o tempo que durou a escravidão. No Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul, finalmente onde quer que a escravidão se estruturava, ali também estavam os quilombos para negá-la pela fuga ou pela violência.

Não iremos aqui fazer um histórico de todos eles, mesmo porque o espaço seria pequeno, mas sumariar os principais conhecidos na nossa extensão territorial.

Os principais quilombos do Brasil

BAHIA

- 1- Rio Vermelho
- 2- Urubu
- 3- Jacuipe

- 4- Jaguaribe
- 5- Maragogibe
- 6- Muritiba
- 7- Campos de Cachoeira
- 8- Orobó, Tupim e Andaraí
- 9- XiqueXique
- 10- Buraco do Tatu
- 11- Cachoeira
- 12- Nossa Senhora dos Mares
- 13- Cabula
- 14- Jeremoabo
- 15- Rio Salitre
- 16- Rio Real
- 17- Inhanbupe
- 18- Jacobina até o Rio São Francisco

Nota: Stuart B. Schwartz conseguiu listar 35 quilombos na região da Bahia entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

MARANHÃO

- 1- Lagoa Amarela (Preto Cosme)
- 2- Turiaçu
- 3- Maracaçumé
- 4- São Benedito do Céu
- 5- Jaraquariquera

MATO GROSSO

- 1- Vizinhanças do Guaporé
- 2- Cartola (denominado posteriormente de Quilombo do Piolho)
- 3- Quilombos à margem do rio Piolho
- 4- Pindaituba
- 5- Motuca
- 6- Teresa do Quariteré

MINAS GERAIS

- 1- Ambrósio
- 2- Campo Grande
- 3- Bambuí
- 4- Andaraí
- 5- Careca
- 6- Sapucaí
- 7- Morro de Angola
- 8- Paraíba
- 9- Ibituruna
- 10- Cabaça
- 11- Lunda ou Lapa do Quilombo
- 12- Guinda
- 13- Isidoro
- 14- Brumado
- 15- Caraça
- 16- Inficionado
- 17- Suçuí e Paraopeba
- 18- Serra de São Bartolomeu
- 19- Marcela
- 20- Serra de Marcília

Nota: Carlos Magno Guimarães conseguiu listar 116 quilombos em Minas Gerais no século XVIII

PERNAMBUCO

- 1- Ibura
- 2- Nazaré
- 3- Catucá (Extensão do Cova da Onça)
- 4- Pau Picado
- 5- Malunguinho
- 6- Terra Dura
- 7- Japomim
- 8- Buenos Aires
- 9- Palmar

- 10- Olinda
- 11- Subúrbio Engenho Camorim
- 12- Goiânia
- 13- Iguaraçu

PARAÍBA

- 1- Cumbe
- 2- Serra de Capuaba
- 3- Gramame
- 4- Livramento

REGIÃO AMAZONICA

- 1- Amapá: Oiapoque e Calçoene
- 2- Amapá: Mazagão
- 3- Pará: Alenquer (rio Curuá)
- 4- Pará: Óbidos (rio Trombetas e Cuminá)
- 5- Pará: Caxiu e Cupim
- 6- Alcobaca (hoje Tucuruí), Cometá (rio Tocantins)
- 7- Pará: Mocajuba (litoral atlântico do Pará)
- 8- Pará: Gurupi (atual divisa entre o Pará e o Maranhão)
- 9- Maranhão: Turiaçu (rio Maracaçumé)
- 10- Maranhão: Turiaçu (rio Turiaçu)
- 11- Pará: Anajas (Lagoa Mocambo, ilha de Marajó)
- 12- Margem de baixo do Tocantins: Quilombo de Felipa Maria Aranha

RIO DE JANEIRO

- 1- Manuel Congo
- 2- Quilombo às margens do Paraíba
- 3- Serra dos Órgãos
- 4- Região de Omhauma
- 5- Campos de Goitacazes 6- Leblon
- 7- Morro do Desterro
- 8- Bastilha (quilombos) de Campos

RIO GRANDE DO SUL

- 1- Negro Lúcio
- 2- Arroio
- 3- Serra dos Tapes
- 4- Manuel Padeiro
- 5- Quilombo do município de Rio Pardo
- 6- Serra do Distrito Couto
- 7- Quilombo do município de Montenegro (?)

Nota: a interrogação posta depois do quilombo do município de Montenegro significa que as fontes informativas não são conclusivas quanto à sua existência. O quilombo de Manuel Padeiro é chamado, em algumas fontes, de Manuel Pedreiro.

SANTA CATARINA

- 1- Alagoa (Lagoa)
- 2- Enseada do Brito
- 3- Outros quilombos menores "que davam muito trabalho" (Walter Piazza)

SÃO PAULO

- 1- Campos de Araraquara
- 2- Cachoeira do Tambau
- 3- Quilombo à Margem do rio Tietê, no caminho de Cuiabá
- 4- Quilombo das cabaceiras do Corumatei
- 5- Moji Guaçu
- 6- Campinas
- 7- Atibaia
- 8- Santos (Pai Felipe)
- 9- Aldeia de Pinheiros
- 10- Jundiá
- 11- Itapetininga
- 12- Fazenda Monjolinho (São Carlos)

- 13- Água Fria
- 14- Apiaí
- 15- Sítio Forte
- 16- Canguçu
- 17- Termo de Paraíba
- 18- Freguesia de Nazaré
- 19- Sorocaba
- 20- Cururu
- 21- Jabaquara

SERGIPE

- 1- Capela
- 2- Itabaiana
- 3- Divina Pastora
- 4- Itaporanga
- 5- Rosário
- 6- Engenho do Brejo
- 7- Laranjeiras
- 8- Vila Nova
- 9- São Cristóvão
- 10- Maroim
- 11- Brejo Grande
- 12- Estância
- 13- Rosário
- 14- Santa Luíza
- 15- Socorro
- 16- Rio Cotinguiba
- 17- Rio Vaza Barris

Essa pequena listagem bem demonstra como a quilombagem era um fenômeno nacional. Convém salientar que ela não representa, nem pela quantidade nem pela extensão geográfica, a sua importância social. Os quilombos eram focos de concentração demográfica e, ao mesmo tempo, fator de mobilidade social permanente. Podemos ver, inclusive, uma corrente migratória quilombola para as fronteiras de outros países, rumo às Guianas, depois da revolução francesa. Os quilombos existiram em todos os tempos e em todos os lugares. O maior, aquele que teve existência mais prolongada e o mais conhecido é o de Palmares.

A República de Palmares é o maior exemplo da rebeldia dos escravos no Brasil

Segundo o historiador Rocha Pitta, a República de Palmares se originou de 40 negros que fugiram, no final do século XVI ou início do XVII, de Porto Calvo, levando suas famílias. As terras eram férteis e inacessíveis. A região, rica de caça e água. O crescimento demográfico do quilombo continuou a partir desse núcleo básico de

forma ininterrupta. Diversas situações favoráveis contribuíram para o aumento do reduto inicial. Uma delas foi a ocupação holandesa em Pernambuco. Esse fato desarticulou as estruturas de dominação portuguesa e nativas, criando condições para que os escravos fugissem para as matas.

Além das fugas sistemáticas desses escravos negros havia, para aumentar a sua população (fora o aumento demográfico vegetativo, decorrente dos nascimentos registrados no interior do quilombo), o ingresso na estrutura palmariana, integrando-se nos valores sociais da República, dos índios "salteadores", dos fugitivos da justiça de modo geral e de elementos de todas as etnias ou camadas que se sentiam oprimidas pelo sistema escravista e colonial. Certamente havia também brancos e brancas, pois de outra forma não se explicaria a existência, em 1664, entre os aprisionados por Rodolfo Baro, de alguns mulatos de menor idade.

Nos assaltos que eram feitos às populações, certamente os palmarinos raptavam e convenciam não apenas negras, mas brancas também, pois era aguda a escassez de mulheres na República. Na seleção que o sistema de importação de negros da África realizava para o suprimento de escravos no Brasil, a proporção de mulheres era bem menor do que a de homens, calculando-se três homens ou mesmo mais para cada mulher. Por conseguinte, para se estabelecer um equilíbrio sexual - e consequentemente social - estável havia a necessidade de se conseguirem mulheres fora da reprodução vegetativa da República.

Palmares reproduzia, assim, dentro de suas fronteiras, a desproporção de sexo existente na população escrava. Isso porque os senhores de escravos preferiam comprar homens a mulheres. Por isso, se os palmarinos mantivessem o casamento monogâmico que os senhores impunham nas suas fazendas, juntamente com a "promiscuidade das senzalas", haveria um desequilíbrio na vida familiar tão agudo que a desarticulação social seria inevitável. Para resolver esse impasse de importância fundamental, os palmarinos resolveram instituir dois tipos de organização familiar: a poligamia e a poliandria.

No primeiro caso, ele seria praticado pelos membros da estrutura de poder. Isto é, a capa dominante, o rei e possivelmente os chefes dos mocambos. Um documento da época dizia que "o apetite é a regra da sua eleição". O que não era verdade. O rei Ganga Zumba tinha três mulheres: duas negras e uma mulata. Zumbi teve mais de uma, havendo a hipótese de que uma delas era branca. A instituição da poligamia nesta capa é incontestável.

Mas, em contrapartida, havia a família poliândrica. Era a que funcionava majoritariamente no conjunto da comunidade, que não tinha níveis de poder decisório nos assuntos mais importantes. As referências a este tipo de organização familiar são inúmeras. Quando um negro chegava em palmares, depois de interrogado sobre os motivos da fuga, para ver se não era espião, "lhe dão mulher a qual possuem junto com outros negros, dois, três, quatro e cinco negros, pois sendo poucas as mulheres adotaram esse estilo para evitar contendas; que todos os maridos da mesma mulher habitam com ela o mesmo mocambo, todos em paz e harmonia em arremedo de família, mas próprios dos bárbaros sem as luzes do entendimento e a vergonha que a religião impõe; que todos esses maridos se reconhecem obedientes à mulher que tudo ordena na vida como no trabalho". Esse depoimento é de um negro que morou como espião em Palmares, a mando de um senhor de engenho de Pernambuco.

A economia palmarina era camponesa-comunitária, praticada por homens livres

Sobre a religiosidade dos palmarinos, assim se expressa Décio Freitas: "A religiosidade palmarina combinava fragmentos de crenças africanas e do cristianismo dos brancos. Não apenas na Serra da Barriga, mas, depois, nas demais povoações palmarinas, as imagens das divindades africanas partilhavam altares com as de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e São Brás. Se bem que os documentos aludam seguidamente a sacer-

dotes palmarinos, nada dizem sobre a importância política e social. Não há indicações de que formassem uma casta poderosa ou sequer influente. De resto, as rebeliões negras oferecem a singularidade de não assumirem nunca um cariz profético ou messiânico, ao contrário do que sucedeu sempre nas rebeliões dos livres pobres”.

A economia de Palmares era camponesa-comunitária. Contrapunha-se ao latifúndio escravista, por que era praticada por homens livres. Tinham uma agricultura policultora cujo produto era distribuído entre a população, o que proporcionava uma economia de abundância. Os excedentes também eram comuns, sendo guardados em paióis para os momentos de lazer e de guerra.

Com esta estrutura, Palmares cresceu até ter cerca de 20 mil habitantes, população desafiadora para o nível demográfico da época e da região. Não era apenas um desafio demográfico e econômico, mas também militar. Palmares organizou-se com um exército bem treinado, com armas de fogo tomadas dos brancos e outras, como lanças, fabricadas na própria república.

Com esta organização interna, a República ocupava uma superfície geográfica de 27 mil quilômetros quadrados, segundo Edison Carneiro. Essa estrutura de economia igualitária e comunitária não podia continuar existindo no contexto do escravismo latifundiário da colônia. Contra ela uniram-se a Igreja, os senhores de engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial (daqui e de Portugal), as tropas mercenárias, criminosos com promessas de liberdade, e, finalmente toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares.

O que a levou a ser condenada e extinta foi a sua estrutura comunitária, que se chocava com o sistema baseado na escravidão. Aqui parece estar a chave da questão. Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo político e social, da estrutura escravista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial no seu conjunto. Daí, Pal-

mares ter sido considerado um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação.

A sua destruição, o massacre na serra da Barriga, quando mercenários de Domingos Jorge Velho não perdoaram nem velhos nem crianças, o aprisionamento e a eliminação dos seus habitantes e, finalmente, a tentativa de apagar da consciência histórica do povo esse feito heróico, foram decorrências de sua grande importância social, política e cultural.

Dessa forma, quando Ganga Zumba procurou um acordo com as estruturas do poder dominante do colonialismo, em 1678, a comunidade palmarina teve reservas de dinamismo interno para reagir e colocar-se contra tal atitude, reestruturando social, política, ideológica e militarmente a luta. Zumbi, por isto mesmo, não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização, de mobilização e de resistência da República, o seu herói-símbolo, porque sintetizou na sua biografia, a biografia do seu povo, pelo qual deu a vida.

Por esta razão, até hoje os moradores da União dos Palmares ouvem (através da acústica do passado mítico), nas noites silenciosas, a dança dos negros, que a partir de 1630 ocuparam a serra da Barriga. E, atualmente ainda cantam, naquela região, o *Auto dos quilombos* :

*Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier pau há de levar
Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
O diabo há de levar*

Como se observa, é um legado de protesto na consciência coletiva dos descendentes de Palmares que repercute ainda mais como refrão de luta, despertando os descendentes de Zumbi - oprimidos e discriminados negros e brancos - para darem continuidade ao legado palmarino. Como vemos, até hoje - passados 300 anos - está vivo o exemplo de heroísmo de Zumbi. O seu sacrifício não foi em vão.

* Historiador, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP). Autor de 23 livros, sendo 13 sobre temas raciais. Entre eles, *Dialética do Brasil Negro*, Editora Anífa, 1995

A relação necessária entre sindicato, gênero e raça

José Carlos Ruy *

Uma lição importante que a luta dos trabalhadores brasileiros pode tirar da saga de Palmares e de Zumbi: as chamadas questões específicas, das chamadas minorias, são problemas que dizem respeito a todos os explorados, independente da cor de sua pele ou de seu sexo. Em Palmares, negros, mulheres, índios, mulatos e brancos lutaram lado a lado contra a opressão racial e de classe. Da mesma forma, essa exigência de unidade de todos os trabalhadores se repete

Este ano, no dia 20 de novembro, é lembrado o 300* aniversário da morte de Zumbi. Esta data foi transformada, depois de muita luta, no Dia Nacional da Consciência Negra e, junto com seu principal líder, marca a epopéia do quilombo de Palmares, que resistiu durante quase cem anos ao assédio permanente das tropas coloniais. Só sucumbiu, em 1694, à maior tropa reunida em todo o período colonial - 9 mil soldados, sob comando do bandeirante Domingos Jorge Velho, num esforço militar que só foi superado, quase um século e meio depois, nas guerras da independência.

Palmares deixou muitas lições para o povo brasileiro. Lições de luta, abnegação, coragem e ousadia. Mas deixou, principalmente, a lição de que, embora formado por variadas matrizes étnicas, este é um povo só, que se une na luta contra a dominação de raça e a opressão de classe.

Majoritariamente negro, formado por trabalhadores escravizados que fugiam dos engenhos e fazendas, Palmares foi abrigo

também para outros perseguidos pelos governos coloniais - havia índios, mulatos e homens brancos pobres (ou fugitivos da justiça colonial) entre os palmarinos.

Este é um povo único, que se une na luta contra a opressão de raça e classe

Verdadeiro microcosmo das camadas pobres e oprimidas da sociedade brasileira de então, Palmares é um dos episódios mais brilhantes da origem da trajetória do povo brasileiro na luta contra a discriminação racial, contra a opressão de classe e por sua afirmação nacional.

Os militantes políticos ou sindicais conscientes de que hoje, mais do que nunca, estas três lutas combinam-se numa só bandeira - a luta pelo progresso social e pela superação do sistema capitalista e das mazes que ele impõe ao conjunto dos trabalha-

dores - seguem o exemplo deixado por Zumbi.

O problema dos negros, da mesma forma como a questão da mulher, é muitas vezes encarada como meramente específico, como problema da cidadania, e muitos sindicalistas procuram demonstrar sua boa vontade esforçando-se por incluir nos estatutos de suas entidades um capítulo que trate destes problemas. Outros, mais atuantes, procuram criar departamentos especializados, e pronto!

É preciso perguntar, entretanto: isto basta? Penso que não. Apesar de todo seu mérito, estas iniciativas trazem, no fundo, a compreensão de que estes problemas não dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores, e que o máximo que se pode fazer é criar condições para que os próprios interessados se organizem, tomem consciência de seus problemas e lutem para superá-los.

Tudo isso é verdade. É preciso que as tais questões específicas constem do programa das entidades; é preciso que existam departamentos especializados; é preciso que os *próprios interessados* tomem consciência e liderem a luta contra o racismo e o sexismo. Mas é verdade também que estas questões dizem respeito a todos os explorados, e que lutar contra a dominação de raça ou de gênero é lutar pela libertação de todos os trabalhadores. Não se trata de retórica, mesmo porque, no Brasil, quase todos temos, nas veias, ao menos uma gota de sangue negro ou índio.

E a questão não é apenas essa. Não se trata apenas de problemas de raça ou gênero, apesar de toda a importância que eles têm, e que são sentidos pelos nossos companheiros que trazem no corpo essa marca. Além de racial ou de gênero, a questão é de classe mesmo. É preciso compreender que enquanto existir um único trabalhador com salário mais baixo, ou forçado a trabalhos mais penosos devido a seu sexo ou à cor de sua pele, todos os outros também estarão sujeitos a salários menores, jornadas mais extensas ou condições de trabalho mais penosas. A liberdade de cada um é a condição da liberdade de todos.

A pobreza dos negros e das mulheres é um freio na luta dos trabalhadores

A existência de um enorme exército de mão-de-obra, formado principalmente por negros jogados na miséria mais opressiva, ou por mulheres que acumulam o trabalho profissional com jornadas domésticas, força para baixo a remuneração de todos os trabalhadores, funciona como um freio poderoso à luta contra a opressão capitalista.

Além destes aspectos mais propriamente econômicos ou corporativos, ligados mais diretamente à atividade profissional dos diferentes setores de assalariados, existe outro, talvez mais sério. Trata-se da divisão semeada entre os trabalhadores pelas distinções de raça ou de gênero.

O racismo, como o sexismo, mascaram - com pretextos biológicos - diferenças políticas que beneficiam apenas ao opressor de classe. Enquanto houver quem pense que os negros são infantilizados e inferiores, que os **baianos** (como, em São Paulo, são designados os nordestinos em geral) são indolentes e incapazes, enquanto se pensar que as mulheres precisam ser dirigidas pelos homens, a unidade entre todos os trabalhadores será frágil e pouco consistente.

Seja do ponto de vista das lutas imediatas, econômicas, seja do ponto de vista de seus objetivos estratégicos, de longo prazo, longe de constituir um programa apenas das chamadas minorias, a luta pelas reivindicações específicas interessa ao conjunto dos trabalhadores. Não se trata apenas da necessária solidariedade a companheiros que carregam uma carga opressiva muito maior e mais injusta, mas de um elemento fundamental do programa do conjunto da classe. E que deve ser assumido por todos os trabalhadores, independente da cor de sua pele ou do formato, masculino ou feminino, de seu corpo. Devemos insistir no exemplo de Palmares, onde a luta foi de todos contra o opressor comum.

* Jornalista, integrante da coordenação nacional do CES

África do Sul após o fim do regime do apartheid

Dennis de Oliveira *

Mandela foi eleito para a presidência da África do Sul com a promessa de construir uma nação multiracial. Mas como poderá conciliar os interesses da imensa maioria negra e pobre da população com os privilégios da minoria branca que dominou e se beneficiou durante o longo período do apartheid? Como o autor indica a seguir, é uma tarefa difícil, particularmente para um governo que resultou de uma transição negociada com os que dominaram no passado.

A eleição de Néelson Mandela para a presidência da África do Sul, juntamente com a vitória do Congresso Nacional Africano (CNA) para as eleições parlamentares, coroaram um processo de lutas da população negra sul-africana e mundial contra o regime do apartheid. Porém, os desafios para a população negra sul-africana e as suas lideranças não se esgotaram com a eleição de 1994.

Após a sua vitória, Mandela declarou que o seu propósito era construir uma “nação multi-racial em paz consigo mesma e com o mundo”. Este propósito do presidente tem sido repetido a cada instante. As intenções de Mandela, no entanto, vem esbarrando em problemas criados justamente pelo regime de segregação, que perdurou no país legalmente desde 1948.

Este regime tinha como idéia central criar dois ritmos de “desenvolvimentos” diferenciados. Um para a minoria branca e outro para a maioria negra. Por isto, os brancos sul-africanos praticamente tinham uma

nação própria, com seu sistema de saúde, educação, assistência social e saneamento básico, o que lhes proporcionava um nível de vida comparável com países do chamado Primeiro Mundo. Enquanto isso, a maioria negra era submetida a uma realidade onde as condições de sobrevivência eram as piores. O resultado desta apartação foi que a população branca ostenta uma situação de bem estar social, enquanto que a maioria negra ficou condenada a viver sob os piores indicadores sociais e econômicos.

O grande desafio para o governo de Nelson Mandela é destruir este muro que separa o mundo de ostentação dos brancos da miséria dos negros. Porém, a tarefa não é fácil, justamente pelo fato do abastado nível de vida da população branca sustentar-se sobre a miserabilidade absoluta da população negra. Em outras palavras, derrubar o muro do apartheid significa tirar dos brancos para redistribuir aos negros. Uma tarefa difícil, tendo em vista o governo de Mandela ser fruto

de uma transição negociada com setores que dirigiram a África do Sul durante o apartheid.

Um trunfo, porém, o presidente Mandela ainda possui: ele continua tendo apoio da maioria da população negra. Não se sabe, porém, se este apoio popular ele continuará tendo caso continuem os problemas sociais da população negra. Mais: como ficará o seu sucessor se herdar todos estes problemas sociais criados pelo regime do apartheid e não superados, e sem ter o mesmo carisma de Mandela? Estas são as preocupações políticas existentes na África do Sul pós-apartheid.

Se a eleição de Néelson Mandela significou o fim do regime institucional do apartheid, as consequências sociais deste regime ainda perduram. Por isto, pode-se afirmar que a África do Sul ainda vive um apartheid de fato, com os indicadores sociais da população branca sendo extremamente superiores ao da população negra.

Graves problemas sociais, como desemprego e fome, entravam ação de Mandela

O presidente Mandela tem tentado cumprir o seu programa de governo defendido nas eleições presidenciais, cujos principais itens são: construção de 1 milhão de moradias novas em cinco anos; 10 anos de educação obrigatória para todas as crianças; eletrificação de 2,5 milhões de casas e outros grandes programas de políticas públicas. Já está ficando clara a impossibilidade de cumprir todo este programa. Até agora, o governo só conseguiu construir 10.000 casas a preços populares, uma gota d'água perto da demanda por moradias.

Outro grave problema enfrentado pelo governo é o alto índice de desemprego entre a população negra. Estima-se uma taxa de desemprego da ordem de 40% da população economicamente ativa negra. A cada ano, a população em idade de trabalhar cresce, em números absolutos, 400 mil. Para acomodar toda esta mão-de-obra, a economia sul-africana necessita de um crescimento anual da

ordem de 8 a 10%. Este ano, considerado bom em termos de investimentos e crescimento econômico, a economia do país deve crescer meros 3%. Portanto, insuficientes para resolver o problema do desemprego que vai se multiplicando a cada ano.

O governo do CNA vem apelando para o capital estrangeiro investir na África do Sul. Algumas multinacionais, como a IBM, a Pepsico e a Ford, têm investido no país, mas a grande maioria das empresas estrangeiras adotam posição cautelosa quanto a isto. A situação ainda instável contribui para este comportamento do capital transnacional. Além disto, a estratégia do grande capital transnacional é concentrar os investimentos em alguns países-chaves, notadamente aqueles que estão integrados no circuito do neoliberalismo. O continente africano não está entre os pontos estratégicos para o grande capital.

Apesar da África do Sul ser um país rico no continente africano, a fome atinge 2 milhões de pessoas e o analfabetismo, 3 milhões de pessoas. Esta população miserável é composta por negros. A disparidade entre negros e brancos se mostra com este dado: quatro entre cinco crianças brancas concluem o 2º grau. Entre os negros, esta relação é de um para cinco.

Um problema nas escolas: crianças brancas não querem estudar com crianças negras

A política do governo do CNA prevê a unificação do sistema educacional, terminando oficialmente com as escolas exclusivas para brancos (de melhor qualidade) e as escolas exclusivas para negros (de pior qualidade). Além da unificação do sistema educacional, o Ministério da Educação tem desenvolvido um trabalho para reescrever a história do país ensinada nas escolas. Durante o regime do apartheid, o programa oficial de história da África do Sul nas escolas para os negros tinha um ponto final no ano de 1948, data da imposição das leis do apar-

theid. O início da história do país era com a chegada do explorador Van Riebeeck em Cape Town, no ano de 1652.

A nova história do país conta a fundação do Congresso Nacional Africano (CNA), em 1912; o massacre de Shaperville, em 1960; todas as lutas dos negros contra o apartheid, inclusive o massacre de Soweto, em 1976. Este programa é difundido tanto para as crianças brancas, quanto para as crianças negras. Já há resistências com relação à implantação deste novo programa. Os brancos, que são maioria entre a equipe técnica do Ministério da Educação, tentam, de todas as formas, esvaziar este conteúdo e não querem abrir a discussão do que foi o regime do apartheid. Mas, apesar das resistências, o programa vai sendo implantado em algumas escolas.

As crianças pobres têm direito a receber um sanduíche gratuitamente durante as aulas. Segundo dados do governo, cerca de 4,5 milhões de crianças vêm sendo beneficiadas com esta medida. Outro problema enfrentado no sistema educacional é a resistência das crianças brancas em estudar ao lado das crianças negras. Já houve muitos casos de agressão física nas escolas, o que mostra que a cultura da segregação racista ainda está forte, apesar das mudanças políticas.

Chacinas e assassinatos em série de negros aumentam nas grandes cidades do país

O governo de Nelson Mandela enfrenta duas fortes oposições - ambas violentas. Uma é do Partido da Liberdade Inkhata, liderado por Mangothusu Buthezelli, que se propõe a ser o representante da etnia zulu. O Partido Inkhata reivindica a autonomia para a Província de Kwazulu/Natal, autonomia esta que possuía durante o regime do apartheid, aproveitando-se da nefasta política dos bantustões. [*]

Durante a campanha eleitoral, o Partido Inkhata tentou apresentar o confronto entre a sua organização e o CNA como uma luta



Cibele Aragão

étnica (o CNA tem, na maioria da sua direção, negros da etnia xhosa). A votação do CNA, que ganhou com larga margem de votos, inclusive dos negros da etnia zulu, puseram por terra esta tese. O Partido Inkhata, na prática, defendia a continuação do regime do apartheid e serviu como força de reserva da direita branca para combater o CNA e as outras organizações anti-apartheid. De qualquer forma, como possui um forte apoio na Província de Kwazulu/Natal, constituiu-se como o terceiro maior partido político do país e, constantemente, mobiliza os seus correligionários para manifestações violentas contra o governo de Mandela.

Outro grupo forte de oposição é da extrema-direita branca, particularmente os que integravam as forças de segurança do regime do apartheid. Os componentes deste grupo não aceitaram o acordo que levou ao fim o regime de segregação e também exigem um território autônomo para os brancos. Opõem-se também às desapropriações que o governo Mandela vem fazendo em grandes propriedades de terras pertencentes a brancos para redistribuí-las aos negros pobres.

A ação desta extrema-direita branca é muito violenta. Um fenômeno que vem cres-

cendo nas grandes cidades são as chacinas e os assassinatos em série. No final de setembro, dez mulheres negras foram assassinadas em Boksburg, ao leste de Joanesburgo. No ano passado, em Cape Town foram encontrados 22 meninos negros estrangulados. Estes grupos de extermínio surgem com a desmantelamento dos aparelhos repressivos do apartheid que, agora, agem na clandestinidade. Além disto, as forças de segurança do governo não possuem infra-estrutura para uma ação preventiva e ostensiva contra esta violência.

Ciente de que esta violência, além de criar um clima de intranqüilidade, contribui para afugentar os investimentos necessários ao país, o presidente Mandela criou o "Plano Comunitário de Segurança", que consiste na realização de "blitz" nas residências das grandes cidades, principalmente Joanesburgo, para desbaratar estes grupos paramilitares. Os últimos dados mostram que somente em Joanesburgo o número de assassinatos aumentou 23% este ano. Até junho de 1995, foram cometidos 1.027 assassinatos - uma média de 5,7 por dia.

A questão da segurança vem servindo justamente de argumento para a direita sul-africana criticar o governo de maioria negra na mídia. Com um discurso nitidamente dirigido para a elite branca, a direita mostra que a insegurança aumentou com o governo do CNA e que as "blitz" realizadas pelo Plano Comunitário de Segurança são uma "violência contra os cidadãos".

As dificuldades criadas por um processo político de transição negociada

Todos estes problemas enfrentados pelo governo Mandela demonstram que a transição negociada de um dos regimes mais odiosos existentes no planeta para uma efetiva situação de democracia e justiça social é extremamente limitada. Limitações estas que são fruto de fatores internos e externos à conjuntura da África do Sul.

Por fatores internos, tem-se as consequências sociais produzidas por mais de meio século de regime de apartheid. O rompimento deste "fosso" entre brancos e negros, implica, necessariamente, na retirada dos privilégios dos brancos para uma redistribuição aos negros. Ou seja, uma ação profunda de desigualdade sobre uma desigualdade para chegar-se a tão sonhada igualdade. Isto significa comprar confrontos políticos sérios com a minoria branca elitizada. Coisa que um governo de coalizão, fruto de uma negociação com setores oriundos do apartheid, tem poucas chances de realizar.

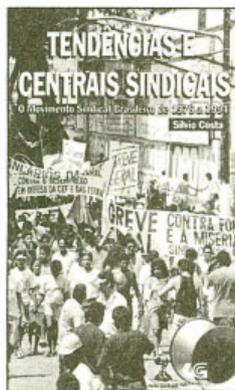
Por fatores externos, tem-se a estratégia do grande capital transnacional nos tempos de globalização da economia e neoliberalismo. A nova ordem econômica mundial reserva um papel secundário aos países do chamado Terceiro Mundo (África e América Latina). Os investimentos do capital transnacional são otimizados e concentrados em alguns países-chaves, distribuindo sua produção para todo o mundo, aproveitando-se a tendência anti-protetionista nas políticas comerciais internacionais. Por isto, apesar dos apelos de Mandela, a África do Sul tem dificuldades de captar investimentos estrangeiros.

Estas questões explicam a situação da África do Sul sob o governo de maioria negra. É dentro deste quadro complexo que o governo de transição comandado pelo CNA terá que se movimentar.

** Os bantustões foram uma forma do regime do apartheid legitimar a segregação dos negros. Ele concedeu "independência" para vários territórios onde viviam a maioria negra. Em geral, estes territórios eram miseráveis em todos os aspectos, obrigando a população negra que neles residia a trabalhar nos territórios dos "brancos" - mais ricos. Com a "autonomia", os negros poderiam ser considerados como "estrangeiros" dentro do território dos brancos, não tendo os mesmos direitos dos brancos, considerados como "nativos". Nenhum país do mundo reconheceu os "bantustões" como nações independentes, somente o governo do apartheid sul-africano. Nas negociações que levaram a primeira eleição multi-racial do país e a consequente vitória de Mandela e do CNA, um dos pontos acertados foi o fim dos bantustões e a unificação oficial da África do Sul como uma só nação.*

* Professor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e coordenador geral da União de Negros pela Igualdade de São Paulo (Unegro)

Sindicalismo na fase recente



Tendências e centrais sindicais - o movimento sindical brasileiro, 1978-1994. Sílvia Costa, Editora Anita/Universidade Católica de Goiás, São Paulo, 1995.

Este ano comemora-se o 18º aniversário do renascimento do movimento sindical brasileiro depois dos anos de trevas, silêncio e lutas pulverizadas e miúdas que se seguiram à decretação do AI-5. Esse renascimento e revigoração da organização operária e sindical é, muito oportunamente, relatado no livro de Sílvia Costa, **Tendências e centrais sindicais**.

O silêncio imposto pelo AI-5 aos trabalhadores durou menos de uma década. Em 1977, a luta pela reposição salarial dos 34,1% que haviam sido subtraídos pela manipulação da inflação, em 1973, foi o estopim para a rearticulação de um movimento sindical combativo e independente - os autênticos, como se dizia então. Este reconstruiu os instrumentos de luta dos trabalhadores, retomou os principais sindicatos das mãos de pelegos ligados ao governo e aos patrões e obrigou a própria direita sindical a se reciclar.

Os principais temas, correntes de pensamento, e mesmo os embriões das atuais centrais sindicais, já estavam presentes naquele movimento de caráter econômico que, pouco a pouco, de forma contraditória, foi se transformando em luta política contra a ditadura militar e, mais tarde, desembocou nas três principais tendências que dominam o sindicalismo brasileiro hoje: o sindicalismo classista, claramente socialista; o sindicalismo reformista de fundo social-democrata; e o sindicalismo dito de resultados, aliado dos patrões e dos governos.

A derrota dos trabalhadores pela ditadura militar foi temporária, mas os prejuízos por ela causados foram enormes. Um deles, talvez o maior, foi o corte profundo no desenvolvimento da cultura política e socialista dos operários brasileiros. Sob os militares, foi reforçado o caráter assistencialista e burocrático-administrativo dos sindicatos, ao lado

de um esforço para apagar a memória das lutas operárias do período anterior e abastardar a consciência de classe. Procurou-se convencer os trabalhadores de que a atividade política era estranha aos sindicatos, que as lutas legítimas eram aquelas de caráter econômico, e que elas só podiam ocorrer nos limites draconianos da legislação trabalhista da ditadura, que só admitia greves depois de cumprida uma liturgia jurídica elaborada justamente para impedir que elas ocorressem.

Contraditoriamente, a ditadura militar também criou as condições para que a classe operária brasileira crescesse, se modernizasse e se transformasse na força política e social que é hoje. Ao aprofundar o desenvolvimento capitalista no país, os militares criaram as condições objetivas - grandes fábricas reunindo milhares de operários, concentração dos assalariados nas cidades, esvaziamento dos campos, degradação das condições de vida das massas populares, relações de trabalho coercitivas e muitas vezes desumanas - que tornaram inevitável o reaparecimento do protesto operário.

Cresceu também a proletarianização nos campos, com o desenvolvimento do capitalismo agrário e a generalização do assalariamento rural, traduzido no fenômeno dos bóias-frias dos anos 70 e 80. Nas cidades, as camadas assalariadas foram engrossadas com a proletarianização de grandes setores da antiga pequena burguesia - trabalhadores de serviços como médicos, professores, bancários, etc. O realinhamento das classes no país (particularmente o desenvolvimento da classe operária e das novas classes assalariadas) condicionou desde então o desenvolvimento do movimento sindical brasileiro.

Assim, embora com nítida continuidade em relação às décadas anteriores à ditadura, o movimento sindical que se seguiu apresentou também características próprias, novas. Uma delas é a presença massiva dos trabalhadores rurais e dos assalariados da antiga pequena burguesia. No período anterior, o movimento sindical era mais propriamente operário. Os trabalhadores rurais viviam esmagados na sub-cidadania a eles imposta nas fazendas, seus sindicatos praticamente não existiam e seus protestos eram reprimidos à bala por uma elite saudosa dos tempos da escravidão. A pequena burguesia afundava-se no pântano das ilusões de um estilo de vida e de trabalho que a confundia com as classes dominantes, a qual frequentemente se aliava na defesa da ordem constituída.

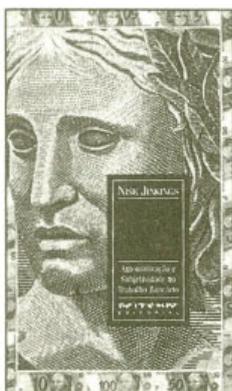
O desenvolvimento capitalista dos anos 60 e 70 polarizou essa situação de classes e tornou mais

nítidos os contornos da contradição entre os de baixo e os de cima. Cresceu a sindicalização dos trabalhadores rurais. A pequena burguesia foi cindida e setores importantes dela, assalariados, criaram suas entidades profissionais e vieram para o campo da luta sindical e política dos trabalhadores.

Estas reflexões foram suscitadas pela leitura do livro de Sílvia Costa. Professor universitário, Sílvia acompanhou como militante sindical a história documentada por seu trabalho. Essa dupla caracte-

terística do autor - acadêmico e militante sindical - distingue seu livro, que não é apenas resultado de exigências universitárias, mas também a reflexão de um sindicalista que esteve, desde a origem, envolvido com o tema que relata. Por isso, mais do que ao público acadêmico e aos especialistas, o livro interessa principalmente a quem atua no meio sindical e tem necessidade de materiais sobre a história recente da classe operária brasileira. (José Carlos Ruy, jornalista)

As metamorfoses nos bancos



O Mister de Fazer Dinheiro - Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário. Nise Jinkings, Boitempo Editorial/Sindicato dos Bancários de São Paulo, São Paulo, 1995

O **Mister de Fazer Dinheiro**, de Nise Jinkings, nos traz uma contribuição original para o entendimento das metamorfoses em curso no mundo do trabalho bancário, a partir do advento das transformações tecnológicas (informatização e automatização), mostrando como estas mutações estão alterando tanto a materialidade quanto a subjetividade do ser que vivencia o seu cotidiano no interior dos bancos.

Seu trabalho discorre sobre as fases mais recentes, constitutivas deste processo, quando o capital financeiro presenciou um significativo incremento, e tematiza particularmente as heterogeneizações e fragmentações que estas mudanças acarretaram junto aos bancários, particularmente na última década.

Dentre tantas mutações, a autora destaca: a diferenciação entre trabalhadores dos bancos privados e públicos; a divisão sexual do trabalho, com a incorporação crescente do trabalho feminino e a sua paralela exclusão dos cargos de direção (quando comparada à presença majoritária dos homens); o advento das doenças da era da informática, lesando o ser que trabalha pela repetitividade dos seus gestos; a intensificação do ritmo de trabalho; a informatização acelerada e a diminuição do controle dos bancários sobre sua própria atividade. Tudo isso com a explícita finalidade de fazer mais dinheiro.

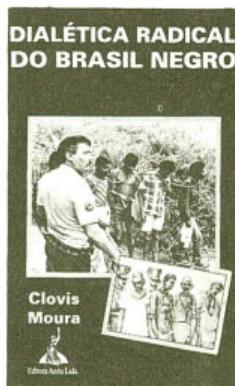
O livro trata, também, das formas encontradas, até o presente, pela ação dos trabalhadores bancários visando resistir ao impacto destas transformações, que dificultam a ação sindical e criam razoáveis barreiras para a realização de greves no interior dos bancos. A ação sindical tem procurado, dentro das suas enormes limitações, obstar os aspectos mais nefastos deste incremento tecnológico e organizacional, que tem feito decrescer o contingente bancário, como, aliás, vem ocorrendo em todos os ramos que sofrem transformações tecnológicas guiadas exclusivamente pela lógica destrutiva do capital.

Sua análise sobre a concretude do estranhamento do trabalho nos bancos é particularmente fértil: "Os trabalhadores bancários, inseridos num processo de trabalho cuja finalidade é a metamorfose da mercadoria-dinheiro em capital produtor de juros, vivenciam em seu cotidiano essa representação fetichizada do dinheiro ... Ao mesmo tempo, o produto do seu trabalho disfarça-se nos registros numéricos e impulsos eletrônicos obtidos no decorrer do dia, após a contabilização, a transferência e a redistribuição dos valores alheios manipulados".

As repercussões deste fetiche mais completo (de que falou Marx, referindo-se ao capital a juros), junto à consciência dos trabalhadores bancários, são buscadas neste ensaio, onde são afloradas algumas das formas singulares presentes nos estranhamentos dentro dos bancos, bem como as formas atuais de que se reveste a resistência sindical neste segmento central da valorização do capital.

O leitor encontra-se, portanto, frente a um belo texto, que dá continuidade a um novo modo de pensar os estudos sobre o mundo do trabalho, onde materialidade e subjetividade são concebidas enquanto esferas constitutivas do ser social, ao contrário das simplificações tão em voga na contemporaneidade. E o faz mostrando a especificidade do trabalho bancário, cuja atividade tem, como nos diz o sugestivo título do livro, o mister de fazer dinheiro. (Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Unicamp (SP). Resenha publicada na revista *Teoria e Debate*, número 30, dezembro de 95)

A força do racismo no Brasil



Dialética Radical do Brasil Negro.

Clóvis Moura,
Editora Anita, São Paulo, 1994.

No período da abolição, Carlos Gomes e Visconde de Taunay compuseram a ópera *Lo Schiavo* (Escravo), protagonizada por um negro, em homenagem a princesa Isabel. A peça, montada por Paravicini, sofreu algumas “modificações cênicas” para se enquadrar aos padrões da época. O enredo de Taunay passou do século 18 para o século 16 e o personagem principal virou índio. O símbolo do heroísmo nacional não poderia ser representado por um negro.

Esta passagem está no livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, escrito pelo historiador, sociólogo e professor Clóvis Moura. A obra trata da cultura negra, do sistema escravista, da política étnica de Portugal no Brasil e do movimento negro em São Paulo.

Autor de 23 livros, sendo 13 sobre temas raciais, o professor do Departamento de pós-graduação de história da Universidade de São Paulo (USP) busca, desde 1959, quando escreveu *Rebeliões da Senzala*, resgatar a história do negro no Brasil. Neste livro, ele argumenta que a fragmentação étnica do povo brasileiro criou uma hierarquia de valores em que a gradação da cor da pele garante a possibilidade de ascensão social. Negros e mulatos perderam a identidade racial e buscaram o branqueamento.

No capítulo dedicado à questão cultural, Clóvis Moura demonstra claramente como a dificuldade de se manter as tradições de cada povo africano no Brasil, a conversão religiosa e a perseguição intelectual prejudicaram a formação de uma cultura negra afro-brasileira.

Autores como Olavo Bilac e Gonçalves Dias apagaram de suas biografias a origem negra. Machado de Assis rompeu relações com a família negra que o criou e entrou para a aristocracia, casando com uma mulher branca. Gregório de Mattos, o Boca do

Inferno, nas suas poesias satíricas costumava comparar os mulatos, como ele, aos “desavergonhados”. E, nas comemorações dos cem anos do nascimento de Mário de Andrade, os historiadores registram apenas “traços da ascendência mulata” do modernista. Assim, as obras desses autores não podem ser consideradas como literatura negra.

O poeta simbolista Cruz e Souza viveu angustiado com a sua condição de negro, na racista sociedade de Santa Catarina do século 19. Seu poema *Emparedado* refletia a amargura que sentia por ser negro e uma grande melancolia por não ter nascido branco, assim como nos versos de *Vida Obscura*. “A vida para ti foi negra e dura”. Morreu pobre e sua obra só foi reconhecida pelos críticos muitos anos depois.

Lima Barreto também só conseguiu prestígio depois de morto. Filho de um padre com uma lavadeira negra, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* era considerado inculto por utilizar uma linguagem livre, fora dos padrões estéticos da época, mas de acordo com o vocabulário do subúrbio carioca que retratava.

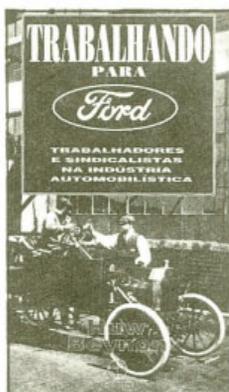
Recentemente, o livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, foi relançado e deixou de ser considerado sub-literatura. Produzido a partir de um diário que Carolina escreveu nos anos 50, o livro conta o cotidiano da autora na favela onde morava e suas dificuldades para sobreviver, utilizando a linguagem coloquial típica dos morros.

Há 130 anos, Maria Firmina dos Reis, primeira negra a publicar uma obra no Brasil, escreveu o romance *Ursula* com o pseudônimo de “Uma Maranhense”, para escapar do preconceito. Na mesma época, Luiz Gama assinava suas peças como Getulino para se preservar “dos ataques da sociedade hostil”, como dizia.

Muitos textos e documentos do período escravista foram queimados por Rui Barbosa, quando era ministro da Justiça. Ele dizia estar “apagando uma mancha na História do Brasil”. Na verdade, mandou queimar os documentos para impedir que os senhores de escravo cobrassem indenização do governo pela Abolição e acabou impedindo uma reconstrução histórica.

Apesar de Rui Barbosa, em dezembro, o historiador Clóvis Moura lançará outro importante livro, **Dicionário Negro do Brasil**, pela editora Anita, mais uma contribuição para a revisão da nossa história e para o estudo da trajetória afro-brasileira. (Solange Guimarães, jornalista)

História de conflitos na Ford



Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística.

Huw Beynon, tradução de Laura Teixeira Motta, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1995.

Publicado em 1973, **Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística** atingiu uma segunda edição em 1984 e despertou grande atenção crítica desde o primeiro momento em que chegou às livrarias. O estilo coloquial e pouco acadêmico do autor, oriundo da Universidade de Liverpool, gerou polêmica no tradicional mundo intelectual britânico.

Se, por um lado, a ausência de citações bibliográficas e de dados estatísticos, compromete a veracidade e a validade de certas observações; por outro, torna o texto fluente e rico em observações sobre o cotidiano dos trabalhadores e sobre as relações destes com os *shop stewards*, representantes dos operários nos comitês de negociação entre empresários e empregados.

O livro descreve atentamente a vida dos trabalhadores da Ford Motor Company na fábrica de Halewood, no sul de Liverpool (Inglaterra), desde o início de seu funcionamento em fins de 1962. A pressão sobre os empregados por uma maior produção, cada vez mais rápida, e a busca desmedida de lucros da Ford seriam, segundo Beynon, os principais fatores que levariam a “um conflito de classes

limitado, sustentado por uma refinada consciência de classes alicerçada na fábrica”.

A linha de montagem é severamente criticada. Para o autor, “os que se livraram ou se esquivaram da linha tremem só de pensar em serem mandados de novo para lá”. Beynon verifica ainda, com diversas entrevistas e pelo contato com os operários dentro e fora da fábrica, que eles não sentem um “envolvimento moral com a firma, nem se identificam com o trabalho”.

Além disso, os funcionários não tinham interesse em promoções, pois se sentiam meras “porcarias de robôs” ou “números”. Alcançar o cargo de supervisor não resolveria esse problema, pois desejavam algo em que “usassem a cabeça”, evitando as tarefas repetitivas. A vida do operário desempregado também é motivo de estudo. O pesquisador inglês conclui que a maioria dos trabalhadores deseja um emprego que ofereça “alguma segurança”. Homens casados e com filhos valorizavam um salário regular acima de tudo.

Quanto às greves, o autor as considera “fenômenos complicados em que o corriqueiro da vida cotidiana assume uma profundidade e riqueza que afastam a monotonia”. Nesse sentido, surge uma diferenciação entre o operário apático, que apenas deseja descansar e dormir no fim de semana, e o comprometido com as lutas de classe.

Segundo o estudo de Beynon, o trabalhador oscila entre o desejo de desenvolver seu potencial humano e um mergulho sem volta nas correntezas profundas da angústia, do tédio e do desespero de ganhar um salário que é resultado de uma atividade monótona, que não gera crescimento individual, sendo, portanto, altamente desmotivadora.

Em síntese, o livro mostra que “uma sociedade democrática não é coisa fácil de se organizar”. Portanto, a obra torna-se uma leitura de grande interesse para o atual momento que a sociedade brasileira vive. (Oscar D'Ambrosio, jornalista, co-autor do livro *Síndrome da Passividade*. Makron Books, 1994).

Viajar para Cuba ficou muito mais fácil, com a The Way.

Cuba tem belezas naturais e muito mais.

Não existe quem não queira conhecer de perto as experiências da revolução cubana. Pensando nisso a The Way Viagens e Turismo inovou totalmente seu sistema de roteiros turísticos à Cuba.

Agora nossos pacotes turísticos são montados a partir da vontade dos nossos clientes. Você diz o que pretende conhecer e nós montamos um roteiro exclusivo com todas as dicas necessárias para que você tenha a certeza de uma excelente viagem.

Roteiros especiais para entidades de classe:

A The way oferece aos sindicatos brasileiros a oportunidade de trocar experiências com os trabalhadores cubanos através de roteiros voltados para os interesses de cada categoria, com visitas à empresas, contatos com lideranças sindicais e a atenção exclusiva de um guia conhecedor do assunto. Além disso, montamos pacotes para a participação de grupos de sindicalistas em congressos, seminários e outros eventos do gênero, com preços super especiais.

**Agora você já sabe:
A melhor forma de ir à Cuba,
é pela The Way.**



The Way

Viagens e Turismo

Av. Paulista, 171 - 7º andar - Conj. 02
CEP 01311-000 São Paulo - SP
Fone: (011) 251 - 1446
Fax: (011) 287 - 3430

Assine a revista

DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Ela custa apenas R\$ 24,00. Receba em casa ou na sede da sua entidade uma publicação especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade: Estado:

Telefone: CEP Data da assinatura:

Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES), Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010
Fone/Fax: (011) 284-2296

SEJA REPRESENTANTE DA *DEBATE SINDICAL* NO SEU ESTADO

Ajude a vender assinaturas de uma revista comprometida com o avanço do sindicalismo classista em nosso país. Além disso, complemente seu orçamento, recebendo 25% do valor da assinatura. Entre imediatamente em contato com o Centro de Estudos Sindicais para preencher o seu cadastro e receber os materiais de divulgação da *Debate Sindical*.

Fone/Fax: (011) 284-2296